

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GISLAINE DE MELO TESSMANN

**O DESAFIO DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA OS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS**

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

GISLAINE DE MELO TESSMANN

**O DESAFIO DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA OS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel no curso de Ciências Contábeis da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

CRICIÚMA, JULHO DE 2011

GISLAINE DE MELO TESSMANN

**O DESAFIO DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA OS
PROFISSIONAIS CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC, com
linha de pesquisa em Formação e
Exercício Profissional.

CRICIÚMA, 05 DE JULHO DE 2011.

BANCA EXAMINADORA

Everton Perin, Professor Especialista, Orientador

Adílson Pagani, Professor Mestre, Examinador

Luciano Ducioni, Professor Especialista, Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado condições físicas, e capacidade para ter chegado até aqui. Presente em todos os momentos da minha vida. Com certeza, sem Ele não seria possível.

Aos meus pais que sempre se empenharam para que tivesse um ensino de qualidade durante todos esses anos, pois a educação, acredito ser a melhor herança que posso receber.

Ao meu esposo, por ser meu ombro amigo, um apoio sempre presente! Sem dúvida uma pessoa especial e muito importante, que posso contar a qualquer situação! Obrigada pela paciência, principalmente nos momentos finais de conclusão deste curso.

Aos professores pelo incentivo, mostrando como seguir como um bom profissional e também um cidadão consciente; compartilhando seus conhecimentos em suas áreas específicas. Em especial ao meu orientador que conduziu-me para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos e colegas que fizeram destes anos momentos agradáveis e inesquecíveis, grandes parceiros, devo isso principalmente a Caroline, Patriele, Renata, Rita e Vanessa, e tantos outros que por algum motivo não conseguiram chegar até a conclusão deste, mas que também fizeram parte desta história.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente, colaboraram na realização deste trabalho.

“E, quanto fizerdes por palavras
ou por obras, fazei tudo em
nome do Senhor Jesus, dando
por ele graças a Deus Pai.”
Colossenses 3:17

RESUMO

TESSMANN, Gislaine de Melo. **O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis**. 2011. 64 p. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A contabilidade tem sofrido alterações em seus métodos de escrituração, e a tecnologia da informação tem se tornado útil para integração dos dados contábeis. Surgiram leis que criam um sistema unificado para a formação dessas informações. Por isso, conhecer sobre a contabilidade digital e definir o perfil do profissional contábil são os principais objetivos a serem alcançados por meio da pesquisa desenvolvida neste trabalho. Tema esse, que trouxe muitas alterações na forma de escrituração contábil, num ambiente cada vez mais competitivo, onde contadores e demais profissionais envolvidos na área contábil, precisam estar sempre atualizados para cumprir as exigências de seus clientes, bem como da legislação pertinente. Assim, busca-se apresentar o conceito de contabilidade digital, e quais as formalidades da sua escrituração, além de demonstrar os conhecimentos aplicáveis à rotina profissional. Na fundamentação teórica abordou-se sobre o surgimento da contabilidade, o histórico e a evolução da escrituração contábil até chegar a Contabilidade Digital. A partir disso, elucida-se quais as obrigações advindas pelo projeto Sistema Público de Escrituração Contábil - SPED, desenvolvido pelo governo federal, visando benefícios não só para si, mas também aos contribuintes, com intuito de facilitar o cumprimento das obrigações acessórias exigidas. Na análise dos dados, elaborou-se a pesquisa com base em estudos de casos realizados, onde se buscou o perfil do profissional contábil exigido pelo mercado. Conclui-se que os profissionais contábeis devem se adequar as mudanças, a fim de se manter ativo no ambiente de trabalho, com ética e atualizando-se conforme demanda a sociedade empresarial.

Palavras-Chave: escrituração contábil, contabilidade digital e perfil do profissional contábil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa Região da Suméria	17
Figura 2: Símbolos Numéricos Utilizados pelos Egípcios	18
Figura 3: Evolução dos Algarismos Numéricos	18
Figura 4: Luca Pacioli.....	19
Figura 5: Certificado Digital.....	32
Figura 6: Esquema da Nota Fiscal Eletrônica.....	37
Figura 7: Esquema da Escrituração Contábil Digital.....	42
Figura 8: Esquema da Escrituração Fiscal Digital.....	43
Figura 9: Esquema Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico.....	47
Figura 10: Central de Balanços.....	50
Figura 11: Perfil Geral do Bacharel de Ciências Contábeis	56
Figura 12: Importância da Informática para a Contabilidade	57
Figura 13: Competências de Maior Importância para Contratar um Profissional Contábil na Visão dos Profissionais.....	59
Figura 14: Habilidades em Relação à Capacitação para Gerenciar na Opinião dos Profissionais	60
Figura 15: Habilidades em Relação à Capacitação Estratégica na Opinião dos Profissionais	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas da Teoria Contábil.....	21
Quadro 2: Princípios da Contabilidade	1
Quadro 3: Legislação sobre surgimento da Contabilidade Digital	25
Quadro 4: Autoridades Certificadoras em Primeiro Nível.	31
Quadro 5: Projeto SPED.	1
Quadro 6: Pesquisas.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Autoridade Certificadora
AIDF – Autorização de Impressão de Documentos Fiscais
AR – Autoridade de Registro
Art. – Artigo
BACEN – Banco Central
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGICP - Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira
CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEC – Comissão Técnica Executiva
COTEPE – Comissão Técnica Permanente
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CT – Comunicado Técnico
CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DFC – Demonstrações do Fluxo de Caixa
DIPJ – Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DNRC – Departamento Nacional de Registro do Comércio
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
e-LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico
ECD – Escrituração Contábil Digital
EFD – Escrituração Fiscal Digital
ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários
ENCAT – Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários
FENACON – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis

GED – Gerador Eletrônico de Documentos
GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
GRRF – Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço
ICP – Infraestrutura de Chaves Públicas
IFT – Informações Financeiras Trimestrais do BACEN
IN – Instrução Normativa
IPI – Imposto sobre Produto Industrializado
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação de Contabilidade Digital
ITR – Informações Trimestrais da CVM
LBCD – Leiute Brasileiro de Contabilidade Digital
MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
MP – Medida Provisória
TEM – Ministério do Trabalho e Emprego
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
NFS-e – Nota Fiscal de serviço Eletrônica
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Tributária e Aduaneira
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGE – Programa Gerador Eletrônico
PIS – Programa de Integração Social
PMATA – Projeto de Modernização da Administração
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RICMS – Regulamento do ICMS
RFB – Receita Federal do Brasil
SAT – Sistema de Administração Tributária
SC – Santa Catarina
SEFAZ – Secretária da Fazenda
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SINIEF – Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema	13
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Metodologia.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Surgimento da Contabilidade	17
2.1.1 Evolução do Pensamento Contábil	21
2.2 Contabilidade Digital	23
2.2.1 Surgimento da Contabilidade Digital	24
2.2.2 Benefícios Trazidos pelo SPED.....	27
2.2.3 Objetivos da Contabilidade Digital.....	28
2.2.4 Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- Brasil	29
2.2.4.1 Autoridades Certificadoras Credenciadas	30
2.2.4.2 Certificação Digital	31
2.2.5 Resoluções do CFC sobre a Contabilidade Digital.....	32
2.3 SPED – Sistema Público de Escrituração Digital.....	33
2.3.1 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e	35
2.3.1.1 Obrigatoriedade de Entrega	36
2.3.1.2 Procedimento para Emissão da NF-e	36
2.3.1.3 Vantagens da NF-e	38
2.3.1.4 Mudanças Trazidas com a NF-e	39
2.3.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.....	39
2.3.2.1 Objetivos do CT-e.....	39
2.3.2.2 Obrigatoriedade em Emitir CT-e.....	40
2.3.2.3 Vantagens do CT-e	40
2.3.3 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica	41
2.3.4 Escrituração Contábil Digital.....	41
2.3.4.1 Obrigatoriedade de Entrega	42
2.3.5 Escrituração Fiscal Digital	43
2.3.6 Escrituração Fiscal Digital de PIS e COFINS.....	44

2.3.7 Escrituração Fiscal Digital do Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente.....	45
2.3.8 Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico	45
2.3.9 Folha de Pagamento Digital.....	47
2.3.9.1 Objetivo da Folha de Pagamento Digital	48
2.3.9.2 Obrigatoriedade.....	48
2.3.10 Central de Balanços	48
2.3.10.1 Objetivo da Criação da Central de Balanços	49
2.3.10.2 Funcionamento da Central de Balanços	49
2.3.10.3 Obrigatoriedade.....	50
2.4 Profissional Contábil	50
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	54
3.1 Primeira Pesquisa.....	54
3.2 Segunda Pesquisa	57
3.3 Terceira Pesquisa	59
3.4 Análise dos Dados	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo estão descritos o tema deste trabalho de conclusão de curso, a problemática, os objetivos a serem alcançados com essa pesquisa. A justificativa demonstra o quanto esse assunto possui importância social e prática ao profissional contábil, sendo que a metodologia utilizada irá auxiliar na compreensão das questões propostas. E por fim, abordar-se-á teoria sobre o assunto.

1.1 Tema e Problema

Desde os primórdios da civilização existe a necessidade de controlar seus bens, conhecer os fatos que causavam suas alterações, assim como proteger a posse de seu patrimônio. A contabilidade para fazer esses registros, surgiu à medida que se aumenta a quantidade de operações, fazendo com que os indivíduos aumentassem sua preocupação em saber quanto renderia e qual a variação do seu patrimônio em determinado período.

Conforme afirma Lopes (2008), as primeiras evidências de registros contábeis empíricos encontrados por historiadores referissem ao período por volta de 8.000 a.C., eram fichas de barro que representavam as unidades componentes da riqueza de homens pré-históricos. Com o desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios. Mas se tornaram defasados com a invenção da mecanografia, esta, por sua vez, posteriormente substituído à informática.

Desde então, a contabilidade vem aperfeiçoando seus métodos de escrituração contábil, e a área de tecnologia da informação tem se mostrado útil no que tange a integração das informações contábeis e fiscais junto aos órgãos fiscalizadores, no que se refere à modernização da gestão tributária.

A contabilidade digital pode ser vista como um esforço do governo para centralizar as informações geradas pelas empresas por meio de um único informativo mensal. E principalmente, como uma forma encontrada pelo Estado de combater a sonegação fiscal.

A tecnologia da informação está criando ferramentas específicas para o setor. Os escritórios e profissionais passam a ter acesso a benefícios que podem ajudar a ampliar seu alcance no mercado, atingindo maior número de clientes, aumentando a concorrência, reduzirem custos e utilizar recursos inovadores nas atividades. Têm a oportunidade de fortalecer suas aptidões, de obter conhecimento especializado. Integrando sistemas, é possível focar na criação de soluções inovadoras e manter a competitividade.

A busca incessante por um melhor desempenho profissional no mercado de trabalho exige que os profissionais contábeis mantenham-se atualizados, procurando inteirar-se das modificações na legislação, acompanhando a modernização dos processos e métodos na área contábil. Cabe ressaltar que a contabilidade digital traz uma nova visão da forma de escrituração, e é importante os contadores permanecerem atentos.

Assim a problemática deste trabalho se baseia no desafio da contabilidade digital aos profissionais contábeis, verificando quais os conhecimentos exigidos pelo mercado de trabalho.

1.2 Objetivos da Pesquisa

Por meio deste tópico, busca-se alcançar respostas para sanar a questão desenvolvida no problema deste trabalho. O objetivo geral é realizar pesquisa a fim de definir qual o perfil dos profissionais contábeis, e quais conhecimentos necessários para se adaptar a contabilidade digital.

A partir disso, se estabelece os objetivos específicos que são:

- Apresentar sobre o surgimento da contabilidade e sua evolução na escrituração;
- Conceituar a contabilidade Digital e as formalidades da escrituração fiscal e contábil através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;
- Elaborar o perfil dos profissionais de acordo com as exigências do mercado, conforme estudos já realizados nesta área.

1.3 Justificativa

Visando contribuir com os estudos atuais acerca desse tema, essa pesquisa busca contribuir para melhor entendimento do que seria a contabilidade a digital, e como surgiu, a fim de esclarecer as dúvidas que ainda perduram sobre este assunto. As constantes alterações trazem desenvolvimento e praticidade não só para o Fisco, mas também para a empresa e seus contadores.

Com a teoria, é notório que na prática esse procedimento pretende acabar com o retrabalho para os profissionais contábeis, que também é um dos objetivos que esse novo método possibilita com o uso da tecnologia, proporcionando maior agilidade a rotina diária de escrituração contábil. Isso ocorre porque os dados serão armazenados de forma mais correta, já que as novas normativas impõem a utilização de *softwares* que auxiliam na organização fiscal e contábil.

Assim, o projeto de Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é apresentado pelo governo por trazer vantagens para empresários e contabilistas, especialmente no tangente à praticidade e redução do tempo empenhado para as escriturações.

1.4 Metodologia

Para a realização desse estudo é necessário definir os procedimentos metodológicos utilizados. Rummel (1972) afirma que existem dois significados para pesquisa: em sentido amplo, engloba todas as investigações especializadas e completas; em sentido restrito, abrange os vários tipos de estudos e de investigações mais aprofundados.

Será utilizado o método de pesquisa exploratória por se tratar de um tema novo, com pouca matéria publicada nessa área, pois ainda está em implantação e ainda está sofrendo muitas mudanças e alterações, como cita Gil (2002) o objetivo desta tipologia é explorar um novo conhecimento para aprimorar as idéias já existentes.

A tipologia quanto aos procedimentos utilizados é a pesquisa documental, por estar baseada nas leis publicadas, como explica Oliveira (2003) documentos é uma fonte de dados a ser utilizada para consulta, estudo ou prova, podendo ser classificadas como fontes primárias ou secundárias; públicos ou privados; manuscritos, impressos, periódicos, vídeos ou informatizados.

Quanto a abordagem do problema utilizou-se pesquisa qualitativa. Paulino (1999) afirma que

[...] trabalham com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adéqua-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Assim, pretendem-se atingir os objetivos propostos a fim de esclarecer a problemática encontrada sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo fundamenta a pesquisa teórica realizada, apresentando conceitos e características sobre contabilidade, seu histórico, sua evolução, o surgimento da Contabilidade Digital com ênfase no projeto SPED.

2.1 Surgimento da Contabilidade

É importante conhecer como surgiu a contabilidade e entender sua essência, pois como cita Eddington (1946 apud SÁ, 2002, p. 21) “para que a exposição de um sistema de pensamento seja clara, é preciso que se comecem pelas origens”. Para Klein (1954 apud SILVA; MARTINS, 2009), a contabilidade é a ciência que estuda os registros, por meio de métodos e doutrinas contábeis, seja econômicas ou administrativas, a partir da evolução da sociedade juntamente com seu patrimônio.

Franco (1997, p. 21) afirma que a contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a denominação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientações – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Sá (2008) cita que a contabilidade é a ciência que estuda as mutações patrimoniais, e que se preocupa em retratar a realidade, suas evidências e seu comportamento, em relação à sua eficácia funcional.

Segundo Iudícibus e Marion (2007, p. 32), “a contabilidade existe desde os povos mais primitivos, em função da necessidade de controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e, até mesmo, em função de trocar bens para maior satisfação das pessoas”.

Andrade (2009, p. 22) em seu artigo sobre a origem da contabilidade elucida que

para se tratar dos fundamentos históricos que marcam o surgimento da contabilidade há cerca de 4.000 a.C., é conveniente entender que buscar

na história antiga da Suméria, da Mesopotâmia e do Antigo Reino Egípcio processos rudimentares de controle de bens, tal qual se verifica nos objetos encontrados nas escavações realizadas nas regiões do Oriente, não significa que possamos qualificá-los como sistemas contábeis, no sentido estrito do conceito de sistema, como algo organizado que obedece a um processo controlado, principalmente no que se refere à Contabilidade. As espécies de controles encontrados naquelas regiões da antiguidade, pelo nível de evolução de sua agricultura e das trocas (comércio) existentes, demonstram mais serem simples formas de inventariar mercadorias, identificar o seu proprietário e definir o seu valor de troca.



Figura 1: Mapa Região da Suméria.

Fonte: Promotora Española de Lingüística – PROEL, 2011.

Acima está o mapa indicativo da região onde se desenvolveu a Suméria (hoje, aproximadamente onde está o Iraque) e nasceu o primeiro processo de racionalização evoluída dos informes contábeis. (PROEL, 2011).

Iudícibus e Marion (2007) citam que no livro de Jó, o mais antigo da Bíblia, encontra-se um trecho que especifica a quantidade de animais possuídos por ele, e que acaba perdendo tudo, mas após um tempo consegue recuperar seus bens, e a própria Bíblia traz outra inscrição mencionando que passou a existir o dobro do que havia antes, mostrando assim que o surgimento da contabilidade não é algo recente.

Símbolo	1	10	100	1 000	10 000	100 000	1 000 000
Valor	1	10	100	1 000	10 000	100 000	1 000 000

Figura 2: Símbolos numéricos utilizados pelos egípcios.

Fonte: Analgesi, 2011.

Iudícibus e Marion (2007) também ressaltam que a história dos números no ocidente começa com a obra *Líber Abaci* (Livro do Ábaco), escrito em 1202 por Leonardo Pisano ou Leonardo Fibonaci¹. Como citam os mesmos autores, este é o grande impulso que a contabilidade precisava, pois seria difícil imaginar a contabilidade sem os números arábicos e sem o zero, só com letras.

As primeiras publicações sobre a contabilidade aparecem na Europa em 1228, com a segunda edição da obra *Líber Abaci* (Livro Ábaco), do matemático Leonardo Pisano, e lá introduziu os algarismos arábicos que havia aprendido com os hindus², com a representação do zero no sistema de quantificação numérica, aplicando esses conceitos nos cálculos comerciais para demonstrar dívidas e prejuízos. (ANDRADE, 2009).

1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ا	ب	ج	د	هـ	و	ز	ح	ط	ي
١	٢	٣	٤	٥	٦	٧	٨	٩	٠
۱	۲	۳	۴	۵	۶	۷	۸	۹	۰
१	२	३	४	५	६	७	८	९	०
୧	୨	୩	୪	୫	୬	୭	୮	୯	୦

Figura 3: Evolução dos algarismos arábicos.

Fonte: Zemtm, 2008.

Em seu trabalho sobre a evolução da Contabilidade, Nepomuceno (2009) afirma que o Livro Ábaco trata sobre métodos algébricos e sobre aritmética, onde os problemas comerciais, por exemplo, os juros, Fibonacci os resolvia aplicando os

¹ Leonardo Pisano ou Fibonaci: Inglês Leonardo de Pisa, nome original de Leonardo Fibonacci (1170 – 1240), matemático italiano medieval, dito como o primeiro grande matemático europeu. Ficou conhecido pela descoberta da sequência de Fibonacci e pelo seu papel na introdução dos algarismos árabes na Europa. (Britannica Encyclopedia, 2011)

² Hindus: Praticantes do Hinduísmo, possuem conjunto de princípios, doutrinas e práticas religiosas que surgiram na Índia, a partir de 2000 a.C. (Sepoangol Org., 2011)

métodos de Brahmagupta³ e dos árabes, tais como a regra de três (Golden Rule) e a regra de cinco, derivada dela, e a regra de falsa posição.

No ano 1263, Andrade (2009) menciona o livro *Hisbah* (Verificações ou Cálculos) do escritor Ibn Taymiyyah, que buscava a segurança de práticas econômica e comercial corretas entre as comunidades muçulmanas, descrevendo o sistema contábil utilizado, que possuía influência romana e persa. O autor afirma que mais de dois séculos depois, foi editada a obra do Frei Luca Pacioli – *Summa de Arithmetica. Geometria, Proportioni et Proportionalita*, que traz um capítulo dedicado ao método das partidas dobradas, intitulado *Particularis de Computis et Escripturis*.



Figura 4: Luca Pacioli.

Fonte: Adilson Mateus, 2010.

Sá (2002, p. 27) cita que

Frederigo Melis um dos maiores historiadores que a contabilidade já teve, chega a admitir que a semente do processo referido seja a escrita contábil da Suméria e Babilônia, mas reconhece que as provas efetivas de um processo acabado só existem na Itália, na região dita Toscana e são datadas dos fins do século XIII.

A primeira literatura contábil relevante escrita pelo Frei Luca Pacioli em 1494, consolidando o método das partidas dobradas, expressando a causa e efeito do fenômeno patrimonial com os termos débito e crédito (esse método já era praticado no século XIII), mas como cita Ludícibus e Marion (2007) a obra de Pacioli pode ser vista como o início do pensamento científico da contabilidade.

³ Brahmagupta: Matemático da Índia Central nascido em Ujain, que demonstrou a solução geral para a equação do segundo grau em números inteiros, desenvolveu métodos algébricos gerais para aplicação na astronomia. Os seus trabalhos contribuíram bastante para estender a aritmética dos números negativos e do zero. Desenvolveu várias noções algébricas e apresentou métodos para resolver equações. (UFCG, 2011).

2.1.1 Evolução do Pensamento Contábil

Para Sá (2002) o primeiro trabalho sobre a contabilidade por partidas dobradas foi do frei franciscano Luca Pacioli, que surgiu em Veneza, em 1494. O método das partidas dobradas é descrito como “uma equação matemática de igualdade. Na contabilidade, as origens e as aplicações de recursos devem ser sempre iguais”. (CRUZ et AL, 2009, p.18).

Mas só o método das partidas dobradas não era o suficiente para definir o que seria a contabilidade, por isso que na evolução histórica da contabilidade, surgiram escolas sobre o pensamento contábil buscando definir seu objeto de estudo, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

ESCOLA	TEORIA
Contista/Contismo	Fundamentava-se em 5 contas principais (Capital, Lucros e Perdas, Caixa, Mercadorias, Créditos e Débitos).
Personalística ou Carboniana	Preconizava que as contas eram pessoais, com direitos e obrigações, criando 3 grandes grupos (proprietário, agentes consignatários, correspondentes)
Controlistas ou de Veneza	Deu o conceito de Patrimônio e que se preserva até hoje. Firmando doutrinas sobre inventário, orçamento e balanço.
Escola Nova ou Reditualistas	Desenvolver uma teoria a partir do resultado das operações da entidade.
Patrimonialista	Estudo do fenômeno patrimonial, procurando evidenciá-lo por meio de registros e demonstrações, classificando as contas em: -Patrimoniais (Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido) -de Resultado (Despesas e Receitas)
Norte Americana ou Neopatrimonialista	Desenvolvimento prático das questões econômico-administrativas

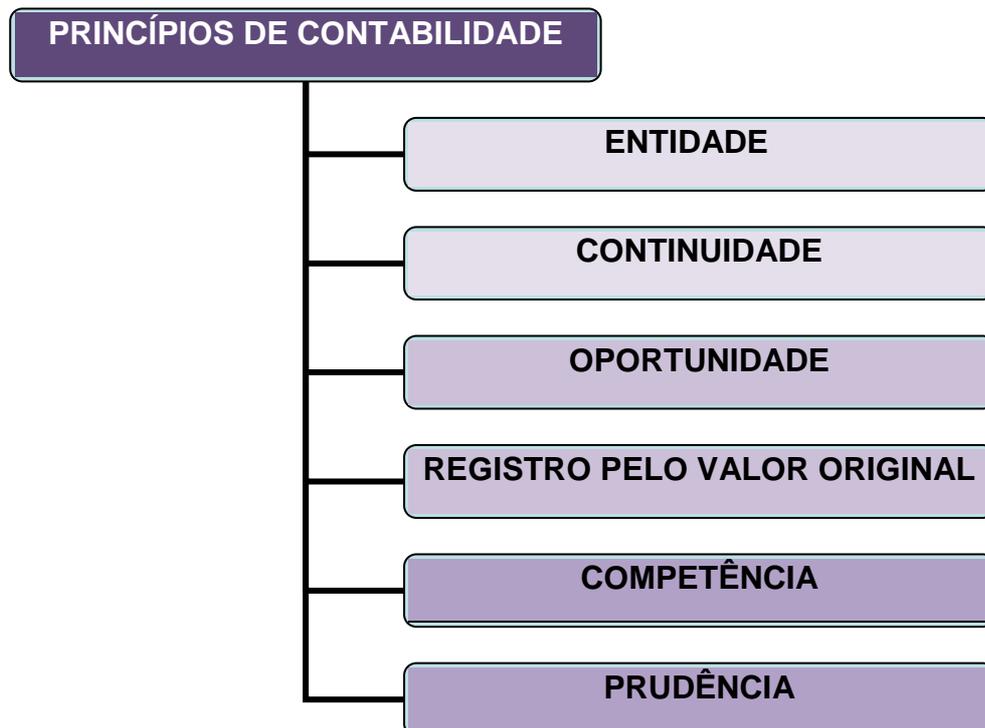
Quadro 1: Escolas da Teoria Contábil

Fonte : Silva e Martins (2009)

Por meio do quadro 1, é perceptível que contabilidade tem evoluído acompanhando as mudanças políticas, econômicas e sociais que afetam a sociedade e modificam suas necessidades informacionais. Estudos relacionados por Schmidt (2000, apud OTT; PIRES, 2009) constataram que a origem e a evolução da contabilidade mostram que sistemas contábeis são utilizados desde a pré-história. Desenvolveram-se e continuam sendo aprimorados ao longo do tempo com intuito de atender a demanda dos seus usuários.

McFarland (1957, p.1, apud OTT; PIRES, 2009, p. 58) conceitua a contabilidade com a “arte de sistematicamente registrar, apresentar e interpretar as transações financeiras de uma empresa”. Destaca que a arte da contabilidade tem como base um conjunto de princípios que foram se desenvolvendo ao longo do tempo, em função de estudos realizados e da própria experiência.

Os Princípios de Contabilidade, definidos pela Resolução do CFC nº 12.282/10, são:



Quadro 2: Princípios da Contabilidade

Fonte: Autor.

Iudícibus e Marion (2007) afirmam que o desenvolvimento contábil acompanha de perto o desenvolvimento econômico. Por tanto, com o crescimento da economia, essa ciência se desenvolve progressivamente por causa da

necessidade de algo que fosse capaz de registrar e acompanhar as mutações do patrimônio. A partir daí começaram a surgir normas e teorias que passaram a regulamentar a ciência contábil, estabelecidas pelo CFC.

Observando essa evolução que remetem à contabilidade digital, unificando informações e a maneira como é feita, Sá (2002, p. 50) afirma que

tem sido uma tendência crescente nos últimos tempos, especialmente a partir da década de 30, mas a grande corrida para uniformizar as maneiras de escrituração e de publicar as contas em demonstrações ocorreu a partir dos anos 60 do século XX.

A contabilidade então é constantemente desafiada a aprimorar e desenvolver as técnicas utilizadas nos processos de geração de informações requeridas por seus usuários. No processo de evolução, para atender a necessidade da sociedade, Ott e Pires (2009) explicam que o desafio não está relacionado apenas ao processamento e divulgação de informações econômicas, uma vez que o interesse da sociedade está voltado para a forma como a organização se relaciona no ambiente em que está inserida.

Em meio ao desenvolvimento tecnológico, num mercado que exige agilidade nas informações, o governo brasileiro também tem buscado aperfeiçoar seus métodos. Confrontando dados mais rapidamente, a fim de diminuir o número de fraudes e as sonegações tributárias realizadas pelos contribuintes.

A *internet* tem sido uma ferramenta que facilita o envio dessas informações, do contribuinte ao Fisco. Por esses motivos, surgiu o projeto conhecido como Contabilidade Digital, que tem por finalidade gerar e enviar esses arquivos de dados eletronicamente.

2.2 Contabilidade Digital

Com a contabilidade digital é possível ao fisco obter as informações contábeis, de maneira mais centralizada e ágil, diminuindo ações fraudulentas e os sonegadores. Atualmente, possui subprojetos, alguns já estão ativos e outros ainda em fase de testes (sendo utilizados por empresas piloto, que são parceiras deste projeto), dos quais os principais são: a nota fiscal eletrônica (NF-e), a Escrituração

Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD). Está em produção o projeto EFD-PIS/COFINS. E em estudo o Livro de Apuração de Lucro Real Eletrônica (e-Lalur), a Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social ou e-Fopag) e a Central de Balanços.

O projeto SPED é um impulso para o desenvolvimento empresarial e contábil, a fim de que se consiga atender as exigências legais. De modo geral,

consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (RECEITA FEDERAL, 2011).

Para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2011), foi uma iniciativa do fisco convidar representantes da sociedade, demais órgãos e autarquias⁴ envolvidas e empresas-piloto de grande porte para participarem do projeto da legislação que define as práticas para se aplicar e desenvolver a contabilidade digital, para que seja uma construção coletiva, ao invés de uma legislação impositiva.

Em julho de 2005, a Receita Federal do Brasil - RFB convidou o CFC para fazer parte do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do SPED (CFC, 2011). Desde então, tem participado com sugestões técnicas, especificamente quanto ao módulo de Escrituração Contábil Digital, e, sobretudo, no que diz respeito às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

2.2.1 Surgimento da Contabilidade Digital

Instituído pelo Decreto nº 6.022/07 como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC⁵ 2007-2010), buscando, com

⁴ Autarquia: Entidade administrativa autônoma, criada por lei com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas para realizar os fins que a lei lhe atribuir. (Tesouro Nacional, 2011)

⁵ PAC: Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007, prevendo investimentos 503,9 bilhões de reais até o ano de 2010, é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, busca estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país, (PAC, 2011).

a informatização, aproximar a relação entre contribuintes e fisco, nasce o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, ou Contabilidade Digital.

A possibilidade de conceber um projeto eminentemente digital com a eliminação das notas e livros fiscais em papel surgiu com a Certificação Digital, criada pela Medida Provisória nº. 2.200-2, de 17/08/2001. Em conjunto com o Decreto nº. 3.872 de 18/07/2001, que define sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (CGICP- Brasil), sua Secretaria Executiva e sua Comissão Técnica Executiva (COTEC).

A Emenda Constitucional nº. 42, de 19 de dezembro de 2003, trouxe alterações no Sistema tributário Nacional e outras providências legais, onde se incluiu a padronização dos sistemas de informação, elaboradas pelo Sistema Nacional Integrado de Informações Econômicas e Fiscais (SINIEF), administrado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária⁶.

Abaixo está sintetizada a legislação que serviu de base para a criação do SPED:

LEGISLAÇÃO	O QUE TRATA
Emenda Constitucional nº. 42/2003	Altera o sistema tributário nacional, e reforma tributária.
Medida Provisória 2.200-2/2001	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia
Decreto nº. 6.022/07	Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Decreto nº. 3.872/01	Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, sua Secretaria Executiva e Comissão Técnica Executiva. Revogada pelo Decreto 6.605/08

Quadro 3: Legislação sobre surgimento da Contabilidade Digital

Fonte: Autor.

⁶ CONFAZ: tem a missão de elaborar políticas e harmonizar procedimentos e normas inerentes ao exercício da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, bem como colaborar com o Conselho Monetário Nacional - CMN na fixação da política de Dívida Pública Interna e Externa dos Estados e do Distrito Federal, e na orientação às instituições financeiras públicas estaduais. É constituído pelos representantes de cada Estado e Distrito Federal e um representante do Governo Federal, sendo representante do Governo Federal o Ministro de Estado da Fazenda, e dos Estados e Distrito Federal os seus Secretários de Fazenda, Finanças ou Tributação. (Confaz- PA, 2011).

Devida a criação desta Emenda, em julho de 2004, foi realizado em Salvador – BA, o I ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, onde reuniu o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e o representante das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais. (RECEITA FEDERAL, 2011).

O Encontro teve como objetivo (RECEITA FEDERAL, 2011)

buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

Em agosto de 2005, no evento do II ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, buscando dar efetividade aos trabalhos de intercâmbio entre os mesmos, assinaram os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

No âmbito da Receita Federal (2011), o SPED faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequada.

O SERPRO⁷ iniciou o projeto SPED, aproveitando-se da vasta experiência no desenvolvimento de aplicativos e soluções no ambiente e-gov (governo eletrônico), criado pelo Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000, com o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação do Governo Federal. (GOVERNO ELETRÔNICO, 2011).

Apesar das mudanças e alterações, o surgimento deste projeto trouxe benefícios, não só para o Fisco, mas também para os contribuintes, que devem se atualizar constantemente aos novos métodos de escrituração que estão se desenvolvendo, como podem ser vistos a seguir.

⁷ SERPRO: O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda. Foi criada no dia 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4.516, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira. A Empresa, cujo negócio é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicações para o setor público, é considerada uma das maiores Organizações do setor, na América Latina, (SERPRO, 2011).

2.2.2 Benefícios Trazidos pelo SPED

Os contribuintes e as administrações públicas tributárias serão os maiores beneficiados. Devido a criação deste projeto é notório que visa, principalmente, facilitar a fiscalização. A adaptação a ser feita pelos contribuintes auxilia, no desempenho da modernização de seus sistemas de trabalho.

Siqueira (2007) afirma que esse avanço tecnológico irá proporcionar muitos benefícios quanto à agilidade e rapidez das informações geradas como sua transparência, sendo que esses dados serão cruzados visando esclarecer transações comerciais entre empresas.

Para o CFC – (2011) “certamente, projetos como esse promoverão mudanças no paradigma de relacionamento fisco-contribuinte numa parceria de interesses para a sociedade.”

No sítio da Receita Federal encontram-se os principais benefícios gerados pelo SPED aos contribuintes, elencados da seguinte forma:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

A RFB tem demonstrado como pode ser vantajosa a adesão a esse projeto, aos contribuintes. Buscando facilitar o manuseio dos sistemas utilizados para informar os dados pertinentes a escrituração das empresas, para que haja adaptação a esses novos métodos. Assim, pode esclarecer os objetivos que pretende alcançar com toda essa mudança.

2.2.3 Objetivos da Contabilidade Digital

O objetivo desse projeto baseia-se na integração dos fiscos federal e estaduais e, posteriormente, municipais, mediante a padronização, racionalização e compartilhamento das informações contábil e fiscal digital. Além disso, o SPED visa integrar todo o processo relativo às notas fiscais (CFC, 2011). Com isso, busca-se reduzir os custos com o armazenamento de documentos e também minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias.

Divulgado pela Receita Federal, os principais objetivos são:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

A estratégia do SPED está em se discutir e propor iniciativas com resoluções conjuntas, criar um ambiente de testes e aprovar toda a metodologia, implementação e efetivação dos seus três pilares de abrangência: Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil e Fiscal Digital. E a partir destes, desenvolver os demais sub-projetos.

Uma ferramenta utilizada para se ter confiança e a certeza de quem estará informando esses dados ao Fisco, para garantir a autenticidade, existe órgãos responsáveis por essa certificação, o principal deles é o ICP-Brasil.

2.2.4 Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP- Brasil

A Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), é um órgão do Governo Federal, responsável pelo processo de regulamentação da Certificação Digital dos cidadãos. Responsável por elaborar conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, a ser implementado pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de um sistema de certificação digital baseado em chave pública. (RECEITA FEDERAL, 2011).

O Comitê Gestor da ICP Brasil, tem a função de autoridade gestora de políticas, conforme definido no art. 3º da MP nº. 2.200-2/2001, estará vinculado a este órgão

[...] a Casa Civil da Presidência da República, composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

- I - Ministério da Justiça;
- II - Ministério da Fazenda;
- III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Ministério da Ciência e Tecnologia;
- VI - Casa Civil da Presidência da República; e
- VII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Conforme o art. 2º, da MP 2.200-2/01, a organização da ICP será definida em regulamento, e será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras, Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras- AC e pelas Autoridades de Registro – AR.

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil é a primeira autoridade da cadeia de certificação (ITI, 2011). É executora das Políticas de Certificados, normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Portanto, compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

Algumas Autoridades Certificadoras já credenciadas pela ICP – Brasil são a SERPRO, Caixa Econômica Federal, Serasa Experian, Receita Federal do Brasil, Certisign, Impressão Oficial, da Justiça, da Presidência da República, e da Casa da Moeda do Brasil. Suas especificações podem ser vistas a seguir.

2.2.4.1 Autoridades Certificadoras Credenciadas

Ao observar a Estrutura da ICP- Brasil percebe-se uma Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), e as demais autoridades certificadoras em primeiro nível, certificadas pela AC-Raiz. E as autoridades certificadoras em segundo nível, que estarão ligadas diretamente as AC de primeiro nível.

Assim, procura-se sintetizar o que cada autoridade certificadora, em primeiro nível, é responsável e quais são suas especificações:

AUTORIDADE CERTIFICADORA	ESPECIFICAÇÕES
	<p>Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO. Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada no dia 1/12/1964, com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira. Foi a primeira autoridade certificadora credenciada. (SERPRO,2011)</p>
	<p>Caixa Econômica Federal, a única instituição financeira credenciada. Utiliza desde 1999 a certificação digital para conexão segura na transferência de dados do FGTS e INSS através do Conectividade Social. (ITI, 2011)</p>
 <p>A gente trabalha para você crescer.</p>	<p>Para a Serasa, a tecnologia de certificação digital é o instrumento que viabiliza a inserção dos diversos agentes econômicos e cidadãos brasileiros em uma sociedade digital. (ITI, 2011)</p>
	<p>A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza uma grande quantidade de serviços na web, com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes e facilitar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. (ITI, 2011)</p>
 <p>A sua identidade na rede</p>	<p>Com o apoio da Certisign, empresa fundada em 1996 com foco exclusivamente no desenvolvimento de soluções de certificação digital para o mercado brasileiro, importantes instituições vêm adotando a tecnologia nas mais diversas formas. (ITI, 2011)</p>
	<p>A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo e está credenciada e preparada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal. (ITI, 2011)</p>
	<p>A Autoridade Certificadora da Justiça (AC-JUS) é Gerenciada por um Comitê Gestor que a partir de outubro de 2005 é composto por representantes do STF, STJ, TST, TSE, STM, CNJ, CJF e o CSJT.</p>

	Trata-se da primeira autoridade certificadora do Poder Judiciário no mundo. (ITI, 2011).
	A Autoridade Certificadora da Presidência da República -ACPR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico (e-Gov) e tem como objetivo emitir e gerir certificados digitais das autoridades da Presidência da República, ministros de estado, secretários-executivos e assessores jurídicos que se relacionem com a PR. (ITI, 2011)
	A Autoridade Certificadora da Casa da Moeda do Brasil - AC CMB - é a mais nova Autoridade Certificadora credenciada à ICP-Brasil. Com mais de 300 anos de existência, a Casa da Moeda do Brasil é uma das mais antigas instituições públicas brasileira. (ITI, 2011)

Quadro 4: Autoridades Certificadoras em Primeiro Nível.

Fonte: Autor.

Cada um desses órgãos, conforme sua área de atuação é responsável em emitir certificados digitais que garantem a identidade do contribuinte no envio das informações ao Fisco.

2.2.4.2 Certificação Digital

A garantia de autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica foram possíveis com a instituição do ICP Brasil. Esse órgão é autorizado a emitir uma assinatura digital, que comprova que a pessoa criou ou concorda com o documento assinado digitalmente, como a assinatura de próprio punho comprova a autoria de um documento escrito.

No site do ICP-Brasil (2011), traz a seguinte colocação, que a assinatura digital é o “código anexado ou logicamente associado a uma mensagem eletrônica que permite de forma única e exclusiva a comprovação da autoria de um determinado conjunto de dados (um arquivo, um *e-mail* ou uma transação)”.

Um certificado digital é um arquivo eletrônico que identifica quem é seu titular, pessoa física ou jurídica, ou seja, é um documento eletrônico de identidade. A Receita Federal explica que

quando são realizadas transações, de forma presencial, muitas vezes é solicitada uma identificação, por meio de um registro que comprova a

identidade. Na internet, como as transações são feitas de forma eletrônica o certificado digital surge como forma de garantir a identidade das partes envolvidas.

Como já descrito acima, para efetuar a escrituração contábil e fiscal é necessário que se obtenha o certificado digital, instituído também por meio da Medida Provisória nº. 2.200-2 de 4 de agosto de 2001.

Como estabelece no art. 1º que a criação do ICP é para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.



Figura 5: Certificado Digital.

Fonte: Serasa Experian, 2011.

2.2.5 Resoluções do CFC sobre a Contabilidade Digital

Com o objetivo de orientar os contadores, o CFC editou, em fevereiro de 2005, a Resolução CFC nº 1.020/05, que aprovou a NBCT 2.8 - Das Formalidades da Escrituração Contábil em Forma Eletrônica, posteriormente revogada pela Resolução 1078/06.

O CFC tem colaborado para a padronização desses sistemas. Tentou implantar o LBCD - Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital por meio da Resolução 1.061/2005 para fins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital.

O LBCD foi um dos norteadores de uma nova versão de leiaute unificado, que atenderá as finalidades fiscais e contábeis ao mesmo tempo: DNRC -

representando todas as Juntas Comerciais, CFC, Receita Federal, Confaz - representando as 27 Secretarias de Fazenda, BACEN, CVM, SUSEP, entre outros. (CFC, 2011).

Sua criação levou em consideração a necessidade de adaptação da escrituração contábil, devida também ao Ato COTEPE nº. 35/2005, que dispõe sobre o leiaute fiscal de processamento de dados, e o Convênio ICMS nº. 54/2005 que regulamenta os arquivos magnéticos relativos ao ICMS.

Em 2010 o CFC publicou a Resolução nº. 1.299 que trata do Comunicado Técnico 4, que define as formalidades da escrituração contábil em forma digital para atendimento ao SPED. Esse CT tem por objetivo estabelecer os procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados pelos profissionais de Contabilidade quando da realização da escrituração contábil em forma digital, desta forma segue algumas disposições:

[...] 9. O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício devem ser inseridos no Livro Diário, completando-se com as assinaturas digitais da entidade e do contabilista legalmente habilitado com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade. [...]

13. A escrituração contábil e a emissão de livros, relatórios, peças, análises, mapas, demonstrativos e demonstrações contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusiva de contabilista legalmente habilitado com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e devem conter certificado e assinatura digital da entidade e do contabilista.

14. O contabilista deve tomar as medidas necessárias para que a entidade titular da escrituração armazene, em meio digital, os livros e as demonstrações contábeis mencionados neste CT, devidamente assinados, visando a sua apresentação de forma integral, nos termos estritos das respectivas leis especiais, ou em juízo, quando previsto em lei. [...] (CFC, 2010).

A contabilidade digital está diretamente ligada ao projeto SPED, como será visto a seguir.

2.3 SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

É uma nova forma de disponibilizar as informações ao fisco, simplificando e centralizando, para que se tenha mais agilidade e facilidade aos dados mais atuais do que está acontecendo na empresa. Substituindo os papéis impressos por

arquivos eletrônicos, que da mesma forma devem ser arquivados e armazenados com segurança caso a empresa venha ser fiscalizada.

Em seu artigo sobre “SPED levando as empresas ao caminho da sustentabilidade”, Zanini (2011), presidente da NF-e no Brasil, explica que o projeto SPED, tem como objetivo diminuir fraude e tornar mais transparente o envio de informações ao Fisco tem conseguido resultados expressivos: desde 2006, 254 mil empresas já substituíram as notas fiscais em papel pela versão eletrônica, o que significa redução estimada de mais de 26 bilhões de toneladas de papel.

O SPED eliminou os arquivos que há décadas as empresas precisavam manter para guardar suas notas fiscais. Dados do Ministério da Fazenda (2010), levantados ainda em 2006 quando o SPED dava os primeiros passos, demonstram quanto o Brasil está sendo beneficiado por essa iniciativa. Somente o Estado de São Paulo tinha na época 3,6 bilhões de notas fiscais armazenadas. Para termos uma ideia do que esse número representa, podemos comparar essa quantidade com 26 mil estádios de futebol cobertos de papel. Este volume é o suficiente também para cobrir 40 vezes o Monte Everest ou para dar 47 voltas ao redor do mundo.

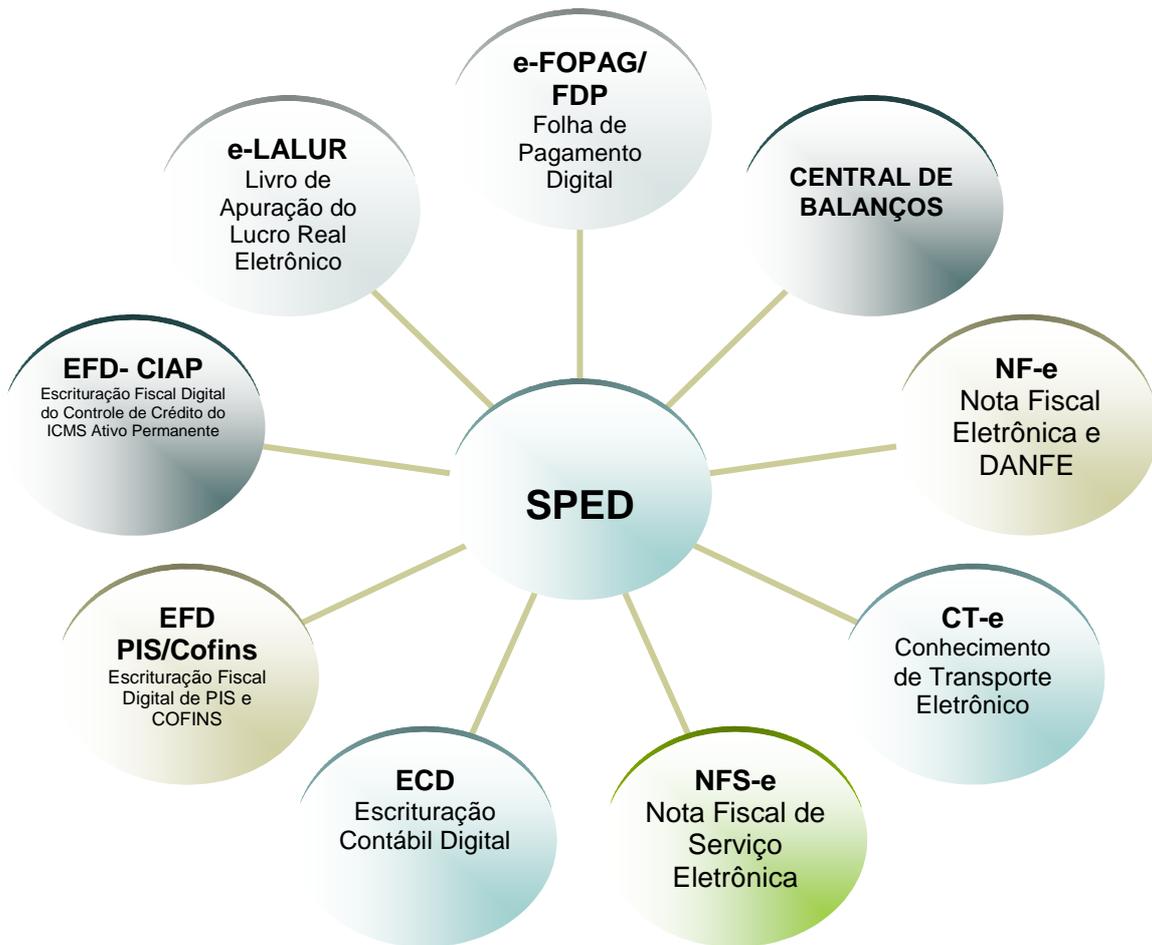
Segundo os sindicatos da classe contabilista, o Brasil tem 400 mil contadores e cerca de 70 mil escritórios contábeis. Os profissionais dessa área tiveram o Livro Diário e o Livro Razão substituídos por arquivos digitais, dessa forma reduziram os custos e também eliminaram a utilização de papel. (Zanini, 2011).

Outro aspecto que cabe mencionar é que com a evolução das companhias para esse modelo, não basta apenas emitir a nota fiscal eletrônica, ter uma estrutura de armazenamento de dados é essencial. As empresas estão avançando em busca de soluções de virtualização, segurança, *storage*⁸ e *backup*⁹, tudo para manter seus dados atualizados, seguros e com o menor impacto ambiental possível.

No Quadro 5, demonstra os projetos e subprojetos que envolvem o SPED atualmente:

⁸ *Storage*: significa a gravação de dados num suporte electromagnético de forma a que estes dados possam ser acedidos por um computador processador. Na computação, um Storage Area Network (área de armazenamento em rede) ou SAN é uma rede projetada para agrupar dispositivos de armazenamento de computador. Os SANs são mais comuns nos armazenamentos de grande porte. (Gesbanha, 2011).

⁹ *Backup*: Em informática, cópia de segurança (em inglês: *backup*) é a cópia de dados de um dispositivo de armazenamento a outro para que possam ser restaurados em caso da perda dos dados originais, o que pode envolver apagamentos acidentais ou corrupção de dados. (Microsoft, 2011).



Quadro 5: Projeto SPED.

Fonte: Autor.

2.3.1 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) busca implantar documentos fiscais eletrônicos num modelo unificado nacionalmente. Substituindo assim o antigo método das notas de papel. É coordenado pelo ENCAT e desenvolvido em parceria com a Receita Federal.

Pode-se conceituar a NF-e como sendo um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura

digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador. (Portal da NFe, 2011).

Instituída nacionalmente pelo Ajuste SINIEF 07/05, define também a criação do DANFE, documento fiscal que acompanha a mercadoria durante o transporte dela do fornecedor até o cliente. Sofreu algumas alterações pelo Ajuste SINIEF 04/06. O Ato COTEPE 72/05 vem trazer as especificações técnicas sobre a NF-e, DANFE, pedidos de concessão de uso, cancelamento e inutilização de NF-e. Esse Ato já teve outras mudanças, devido a atualização do sistema.

2.3.1.1 Obrigatoriedade de Entrega

Até o final do ano de 2010, segundo a Secretaria da Fazenda (SEFAZ, 2010), cerca de um milhão de empresas precisam começar a emitir nota fiscal eletrônica.

O Estado disponibilizou uma lista com o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) que deveriam emitir NF-e dentro do período estabelecido a obrigatoriedade. A lista das empresas encontra-se disponível no site do Estado.

A partir de 01/04/2011, em Santa Catarina, contribuintes que realizem operações para a Administração Pública direta ou indireta, seja da União, Estados, Distrito Federal e municípios, ficam obrigados a emitir NF-e conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (SEF-SC, 2011).

2.3.1.2 Procedimento para Emissão da NF-e

As empresas interessadas em emitir NF-e se não estiver credenciada, deve solicitar seu credenciamento como emissoras de NF-e na Secretaria da Fazenda em que possua estabelecimentos. Possuir certificação digital (emitido por Autoridade Credenciadora credenciada pelo ICP – Brasil, contendo o CNPJ da

2.3.1.3 Vantagens da NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica proporciona benefícios a todos os envolvidos em uma transação comercial. Para os emitentes da Nota Fiscal Eletrônica (vendedores) pode-se citar alguns benefícios:

- Redução de custos de impressão do documento fiscal, uma vez que o documento é emitido eletronicamente. O modelo da NF-e contempla a impressão de um documento em papel, chamado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), cuja função é acompanhar o trânsito das mercadorias ou facilitar a consulta da respectiva NF-e na internet. [...]
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais. Atualmente os documentos fiscais em papel devem ser guardados pelos contribuintes, para apresentação ao fisco pelo prazo decadencial. Ao emitir os documentos apenas eletronicamente a guarda do documento eletrônico continua sob responsabilidade do contribuinte, mas o custo do arquivamento digital é muito menor do que o custo do arquivamento físico;
- GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos: a NF-e é um documento eletrônico e não requer a digitalização do original em papel, o que permite a otimização dos processos de organização, guarda e gerenciamento de documentos eletrônicos, facilitando a recuperação e intercâmbio das informações;
- Simplificação de obrigações acessórias. Inicialmente a NF-e prevê dispensa de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais - AIDF. No futuro outras obrigações acessórias poderão ser simplificadas ou eliminadas com a adoção da NF-e;
- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira. Com a NF-e, os processos de fiscalização realizados nos postos fiscais de fiscalização de mercadorias em trânsito serão simplificados, reduzindo o tempo de parada dos veículos de cargas nestas unidades de fiscalização [...] (Portal SPED, 2011).

Para as empresas destinatárias de Notas Fiscais (compradoras):

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias, uma vez que poderá adaptar seus sistemas para extrair as informações, já digitais, do documento eletrônico recebido. Isso pode representar redução de custos de mão-de-obra para efetuar a digitação, bem como a redução de possíveis erros de digitação de informações;
- Planejamento de logística de recepção de mercadorias pelo conhecimento antecipado da informação da NF-e, pois a previsibilidade das mercadorias a caminho permitirá prévia conferência da Nota Fiscal com o pedido, quantidade e preço, permitindo, além de outros benefícios, o uso racional de docas e áreas de estacionamento para caminhões;
- Redução de erros de escrituração devido à eliminação de erros de digitação de notas fiscais [...] (Portal SPED, 2011).

Aos contadores irá facilitar e simplificar a escrituração fiscal e contábil, gerando mais oportunidades de serviços e consultoria ligados à NF-e. Para o Fisco, aumenta a confiabilidade da nota fiscal, melhorando o processo de controle fiscal e

compartilhamento de informações entre os fiscos; diminuição da sonegação e aumento da arrecadação sem aumentar a carga tributária. (Receita Federal, 2011).

2.3.1.4 Mudanças Trazidas com a NF-e

Atualmente a legislação nacional permite que a NF-e substitua apenas a chamada nota fiscal modelo 1/1A, que é utilizada, em regra, para documentar transações comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas.

Não se destina a substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação como, por exemplo, a Nota Fiscal a Consumidor (modelo 2) ou o Cupom Fiscal. Os documentos que não foram substituídos pela NF-e devem continuar a ser emitidos de acordo com a legislação em vigor.

2.3.2 Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

Este projeto é coordenado pelo ENCAT (Encontro Nacional dos Administradores e Coordenadores Tributários Estaduais) e desenvolvido em parceria com a Receita Federal e tem como finalidade a alteração da sistemática atual de emissão do conhecimento de transporte em papel, por conhecimento de transporte eletrônico com validade jurídica para todos os fins.

Foi instituído pelo Ajuste SINIEF 09/2007, já alterado, e atualmente regido pelo Ajuste SINIEF 04/2009. As especificações técnicas sobre o CT-e estão contidas no Ato COTEPE 08/2008, que inclui pedidos de concessão de uso, cancelamento, inutilização e consulta a cadastro via *WebServices*. (SPED, 2011).

2.3.2.1 Objetivos do CT-e

A implantação do CT-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre prestações de serviço de

transporte de cargas. Será emitido apenas por aqueles contribuintes que possuem aplicativo próprio e substituirá os emitidos em papel. (SEFAZ-SC, 2011).

2.3.2.2 Obrigatoriedade em Emitir CT-e

A partir de 08/07/2009 os contribuintes de Santa Catarina, empresas prestadoras de serviço de transporte de carga, já podem emitir os documentos fiscais eletrônicos para acobertar as suas prestações, não havendo nenhuma obrigatoriedade ainda. (SEFAZ-SC, 2011).

É resultado da parceria entre as Unidades Federadas e Receita Federal do Brasil, em investimentos na área da tecnologia da informação, sendo assim disponibilizado pelo Sistema de Administração Tributária – SAT, colocada a disposição de seus contribuintes.

2.3.2.3 Vantagens do CT-e

Assim como na NF-e, o CT-e trará benefícios para os contribuintes como a redução de custos de impressão, aquisição de papel, envio de documentos fiscais e armazenagem; simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF; diminuição do tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de fronteira.

Para o receptor do CT-e, haverá eliminação de digitação de documentos fiscais de serviços de transportes de cargas; auxiliando planejamento de logística de recebimento e entrega pela recepção antecipada da informação do CT-e; reduzindo erros de digitação de documentos fiscais e incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com prestadores e tomadores de serviços de transportes. (SEFAZ – SC, 2011).

Trazendo vantagens também para a sociedade, reduzindo o consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente; incentivando o comércio eletrônico e o uso de novas tecnologias. E para o Fisco, que terá seu processo de controle fiscal

aperfeiçoado e facilitado com compartilhamento de informações entre os Estados, e que aumenta a arrecadação e diminui a sonegação. (SEFAZ-SC, 2011).

2.3.3 Nota Fiscal de Serviço Eletrônica

É mais um dos projetos do SPED, em parceria com os órgãos municipais. Em alguns municípios já é obrigatório a emissão dessas notas eletronicamente. Em Criciúma ainda está em fase de desenvolvimento.

- O Projeto Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) está sendo desenvolvido de forma integrada, pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrarf), atendendo o Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e.
- A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.
- Esse projeto visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel. (RECEITA FEDERAL, 2011)

2.3.4 Escrituração Contábil Digital

É a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital - ECD, também chamada de SPED - Contábil. Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros:

I - livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II - livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

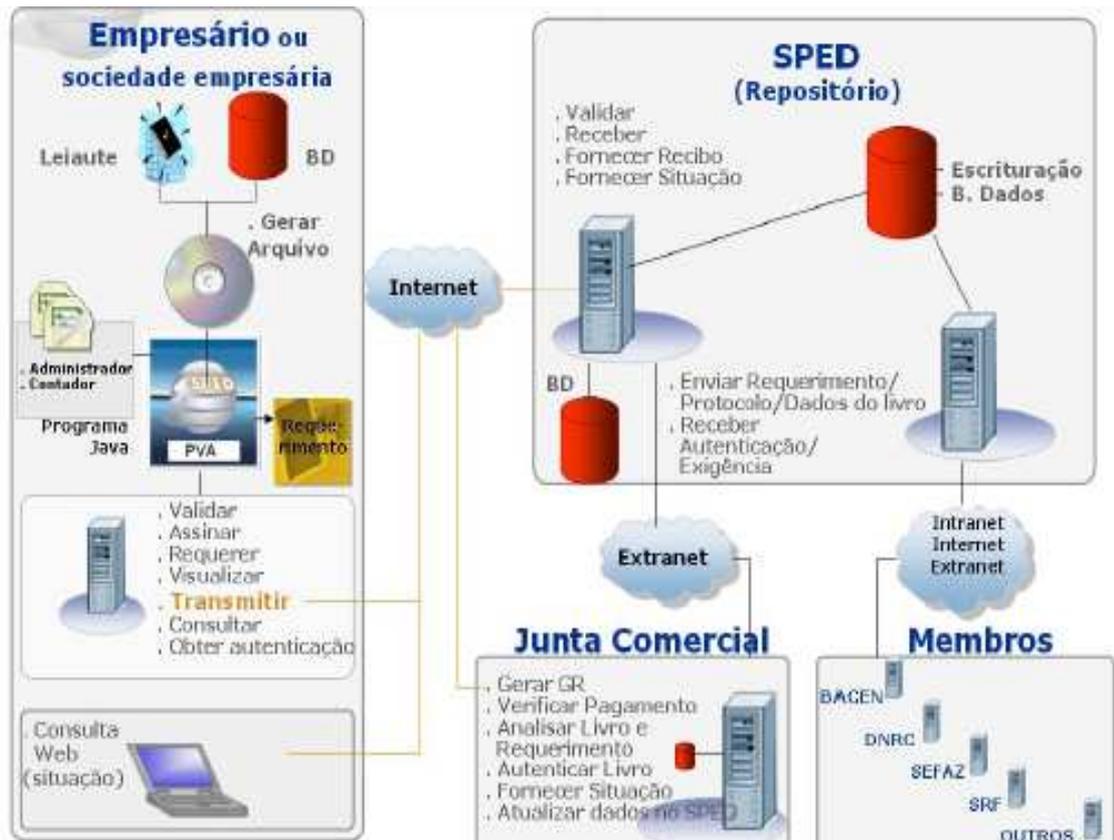


Figura 7: Esquema da Escrituração Contábil Digital.

Fonte: Receita Federal, 2011.

2.3.4.1 Obrigatoriedade de Entrega

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007, estão obrigadas a adotar a ECD em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926/2009) em relação aos fatos contábeis desde 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

2.3.5 Escrituração Fiscal Digital

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. (SEF-SC, 2011). Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via *Internet*, ao ambiente SPED, conforme pode ser visto através da figura abaixo:

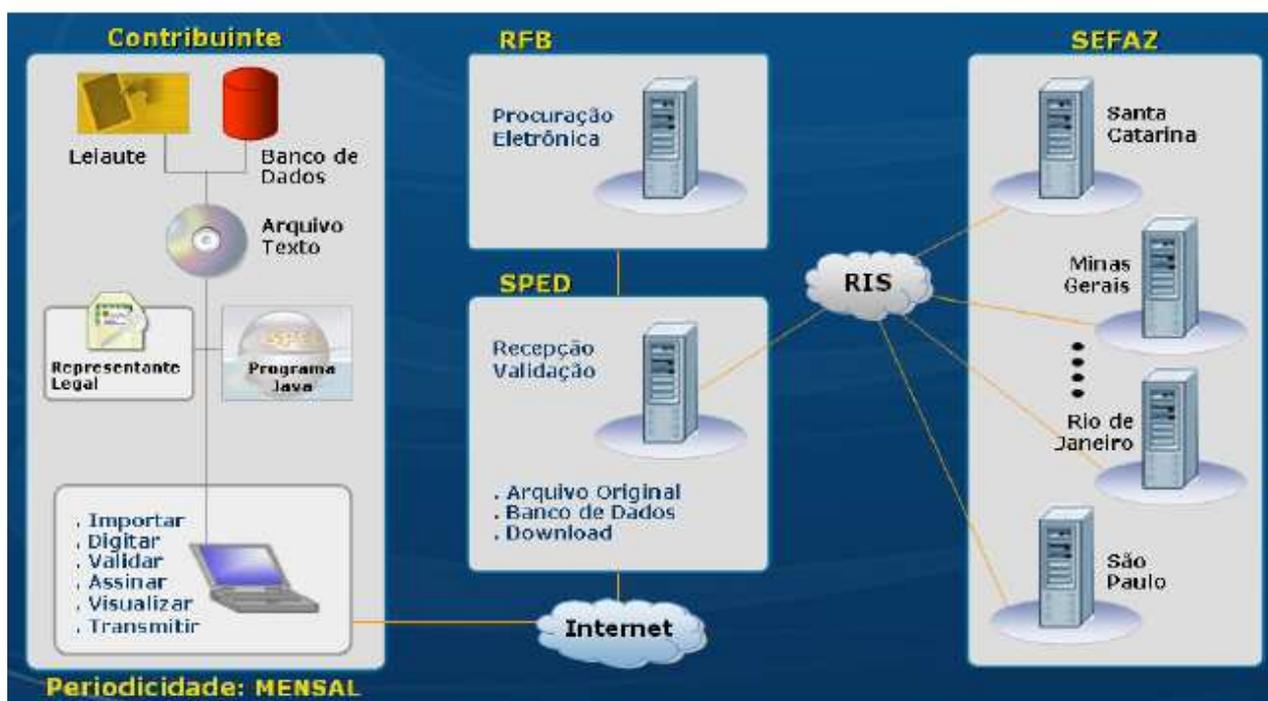


Figura 8: Esquema Escrituração Fiscal Digital.

Fonte: Receita Federal, 2011.

Em seu primeiro módulo substitui os seguintes Livros Fiscais:

- Registro de Entradas;
- Registro de Saídas;
- Registro de Apuração do ICMS;
- Registro de Apuração do IPI;
- Registro de Inventário;
- Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP.

2.3.6 Escrituração Fiscal Digital de PIS e COFINS

A EFD-PIS/COFINS trata-se de um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.

Os documentos e operações da escrituração representativos de receitas auferidas e de aquisições, custos, despesas e encargos incorridos, serão relacionadas no arquivo da EFD-PIS/COFINS em relação a cada estabelecimento da pessoa jurídica. A escrituração das contribuições sociais e dos créditos será efetuada de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica.

O arquivo da EFD-PIS/COFINS deverá ser validado, assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente SPED. Conforme disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.052 de 5 de julho de 2010, estão obrigadas a adotar a EFD-PIS/COFINS, conforme cronograma atualizado pela Instrução Normativa RFB nº 1.085 de 19 de novembro de 2010:

- I. em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2011, as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 2.923, de 16 de dezembro de 2009, e sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real. O prazo para entrega da EFD-PIS/Cofins em relação ao período de apuração Abril/2011 é até 07 de junho de 2011;
- II. em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2011, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real. O prazo para entrega da EFD-PIS/Cofins em relação ao período de apuração Julho/2011 é até 08 de setembro de 2011;
- III. em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2012, as demais pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Presumido ou Arbitrado. O prazo para entrega da EFD-PIS/Cofins em relação ao período de apuração Janeiro/2012 é até 07 de março de 2012. (Receita Federal, 2011)

A pessoa jurídica poderá retificar os arquivos originais da EFD-PIS/Cofins, referentes aos períodos do ano-calendário de 2011, até o último dia útil do mês de junho do ano-calendário de 2012, mediante a transmissão de arquivo retificador da escrituração substituída, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.052 de 5 de julho de 2010.

2.3.7 Escrituração Fiscal Digital do Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente

Dispõe o Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, acerca da instituição da Escrituração Fiscal Digital - EFD - em arquivo digital, de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de ICMS e/ou do IPI - e que se constitui de um conjunto de registros de apuração de impostos, referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, bem como de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O contribuinte deve gerar e manter uma EFD para cada estabelecimento, devendo esta conter todas as informações referentes aos períodos de apuração do(s) imposto(s).

Estabelece ainda o referido Convênio que o contribuinte deve manter todos os documentos fiscais que deram origem à escrituração, na forma e prazos estabelecidos para a guarda de documentos fiscais na legislação tributária, observados os requisitos de autenticidade e segurança nela previstos.

O Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008, e suas atualizações, definiram os documentos fiscais, as especificações técnicas do leiaute do arquivo digital da EFD, que contém informações fiscais e contábeis, bem como quaisquer outras informações que venham a repercutir na apuração, pagamento ou cobrança de tributos de competência dos entes conveniados.

A partir de 1º de janeiro de 2011 os contribuintes obrigados a EFD devem apresentar o Bloco G relativo ao Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente.

O controle de crédito do imposto deverá ser efetuado, na Escrituração Fiscal Digital - EFD, conforme previsto no inciso VI do art. 406-A do RICMS/RO, (Dec. 15379, de 08.09.10, efeitos a partir de 1º.09.10 e Ajuste SINIEF 07/10).

2.3.8 Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico

O objetivo do sistema é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Lalur e na DIPJ, facilitando o cumprimento da obrigação

acessória. De forma simplificada, o funcionamento do sistema será o seguinte (RFB, 2011):

Após baixado pela internet e instalado, o Programa Gerador de Escrituração (PGE) disponibilizará as seguintes funcionalidades:

- a. digitação das adições, exclusões e compensações;
- b. importação:
 - de arquivo contendo as adições e exclusões;
 - de informações contábeis oriundas da Escrituração Contábil Digital
 - de saldos da parte B do período anterior
- c. cálculo dos tributos;
- d. verificação de pendências;
- e. assinatura do livro;
- f. transmissão pela Internet;
- g. visualização.

Ao importar os dados da contabilidade, o e-Lalur os converterá para um padrão bastante parecido com o que hoje se informa na DIPJ nas demonstrações contábeis. Para isto, ele utilizará o "Plano de Contas Referencial" informado anteriormente na escrituração contábil digital - ECD.

Feita a conversão, eventuais reclassificações ou redistribuições de saldos serão possíveis. O volume destes ajustes dependerá da precisão da indicação do plano de contas referencial na ECD.

Além das demais premissas do SPED, o e-Lalur tem a rastreabilidade das informações e a coerência aritmética dos saldos da parte B.

A rastreabilidade diz respeito manter registros das movimentações que resultem em alterações de saldos que irão compor as demonstrações contábeis baseadas no plano de contas referencial.

A coerência aritmética dos saldos da parte B é a garantia de que eles estarão matematicamente corretos. Para isto, uma das etapas será a conferência com os saldos do período anterior de e-Lalur já transmitido. A cada conferência de saldo, o sistema obterá, também, um extrato (semelhante a um razão) completo de cada conta controlada na parte B.

A partir de tais elementos o PGE fará um "rascunho" da Demonstração do Lucro Real, da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e dos valores apurados para o IRPJ e a CSLL. Caso o contribuinte concorde com os valores apresentados, basta assinar o livro e transmiti-lo pela internet.

É importante ressaltar que o projeto se encontra em elaboração. Participam dos trabalhos, além da Receita Federal do Brasil, o CFC, Fenacon,

contribuintes, entidades de classe, enfim, todos os parceiros cuja relação pode ser obtida na página principal do sítio.

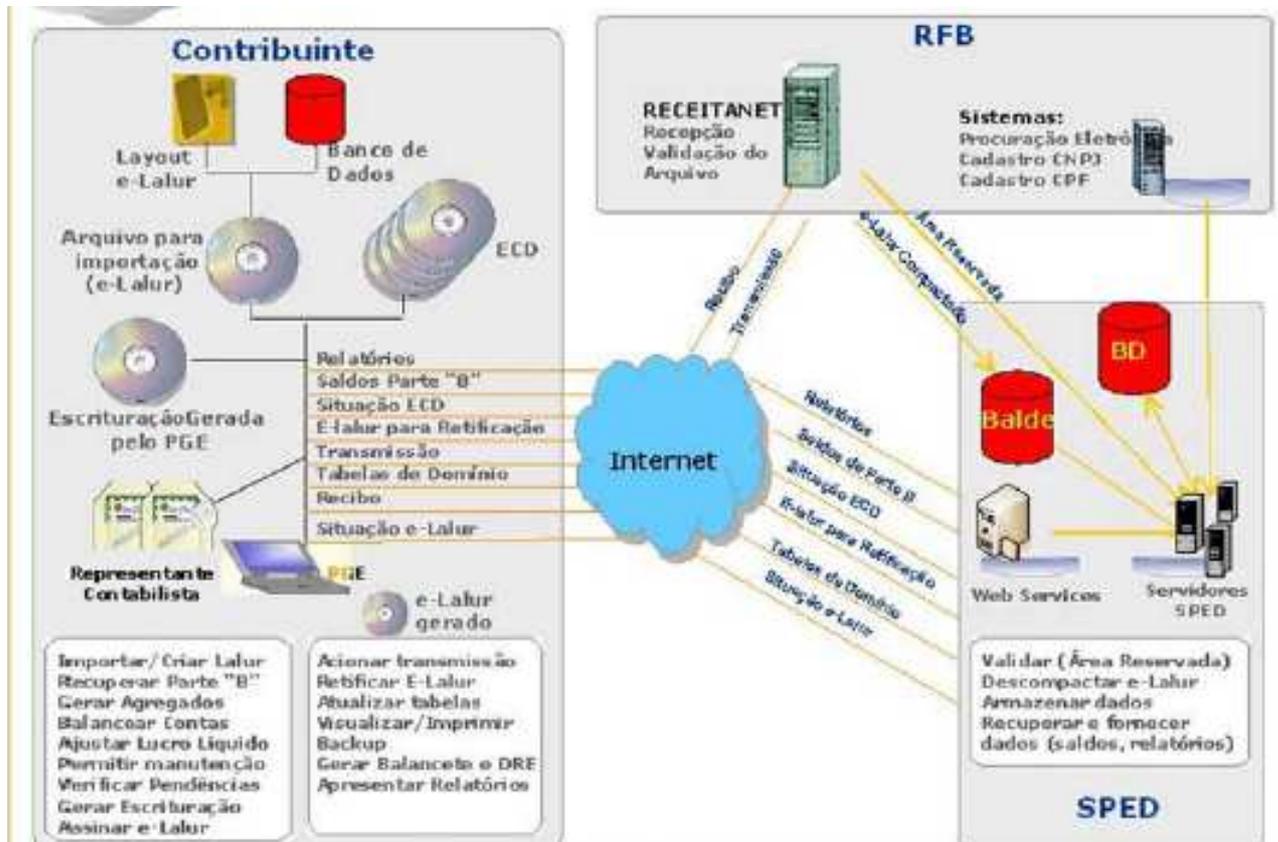


Figura 9: Esquema Livro de Apuração do Lucro Real eletrônico.

Fonte: Receita Federal, 2011.

2.3.9 Folha de Pagamento Digital

EFD-Social (que já foi chamado de EFD-Folha, e-Fopag e Folha Digital), o intuito é criar a folha de pagamento digital, eliminando a obrigatoriedade da folha de pagamento impressa, eliminar os arquivos correspondentes ao MANAD e o IN86, criar um cadastro único de trabalhadores, viabilizar a transmissão única das informações prestadas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), Manual de Arquivo Digital (MANAD), Guia de

Recolhimento do FGTS e de Informações a Previdência Social (GFIP), FOLHA DE PAGAMENTO, FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO, entre outras determinações.

2.3.9.1 Objetivo da Folha de Pagamento Digital

A EFD – Social ou folha digital tem como principal desafio promover a integração do Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Previdência Social, Receita Federal e outras entidades, para padronizar o compartilhamento das informações e uniformizar as obrigações acessórias trabalhistas e previdenciárias sobre a folha de pagamento. (Receita Federal, 2011).

2.3.9.2 Obrigatoriedade

Estarão enquadradas para apresentação à EFD – Social empresas de Lucro Real, Lucro Presumido, do Simples Nacional e os Micros empreendedores Individuais (MEI).

Conforme divulgado pela Sispro (2011) sobre o andamento do projeto, ao que tudo indica, o EFD – Social já está em fase final de definição de *layout*.

2.3.10 Central de Balanços

Em alguns países, como Espanha, Alemanha, Bélgica, Itália, Áustria, Holanda, Portugal, França e Argentina ter uma Central de balanço não é algo recente. A Central de Balanços brasileira é um projeto integrante do SPED, em fase inicial de desenvolvimento, que deverá reunir demonstrativos contábeis e uma série de informações econômico-financeiras públicas das empresas envolvidas no projeto.

Será um repositório e visualizador de documentos públicos, periódicos e eventuais, enviados pelas empresas aos órgãos reguladores integrantes deste sistema (CVM, BACEN e SUSEP).

2.3.10.1 Objetivo da Criação da Central de Balanços

A Central tem como objetivo a captação de dados contábeis e financeiros (notadamente as demonstrações contábeis), a agregação desses dados e a disponibilização à sociedade, em meio magnético, dos dados originais e agregados. E proporcionar a otimização do envio de informações periódicas e eventuais das empresas. (CFC, 2011).

Em seus conteúdos, as publicações devem estar de acordo com os padrões internacionais (IFRS - International Financial Reporting Standards), conter Balanço Patrimonial, DRE, DFC, DVA, Notas Explicativas, Pareceres e relatórios dos auditores, administração e do Conselho Fiscal, consolidação e organograma do grupo empresarial e as informações trimestrais (ITR – da CVM, IFT – Bacen).

2.3.10.2 Funcionamento da Central de Balanços

As informações coletadas serão mantidas em um repositório e publicadas em diversos níveis de agregação. Esses dados serão utilizados para geração de estatísticas, análises nacionais e internacionais (por setor econômico, forma jurídica e porte das empresas), análises de risco creditício e estudos econômicos, contábeis e financeiros, dentre outros usos. (Portal do SPED, 2011).

Para a Receita Federal, os dados e informações contidos na Central de Balanços são públicos, isto é, o acesso deve ser livre a qualquer usuário. A *internet* sem dúvida deixa esse procedimento mais acessível.

2.3.10.3 Obrigatoriedade

Esse projeto ainda encontra-se em desenvolvimento, mas a Receita Federal explica que todas as sociedades obrigadas a publicarem suas demonstrações contábeis tenham que participar da Central de Balanços. Para as demais sociedades, a adesão deve ser voluntária.

Abaixo está o esquema de como funcionará, desde a geração do arquivo, a transmissão até o recebimento pela central no banco de dados.

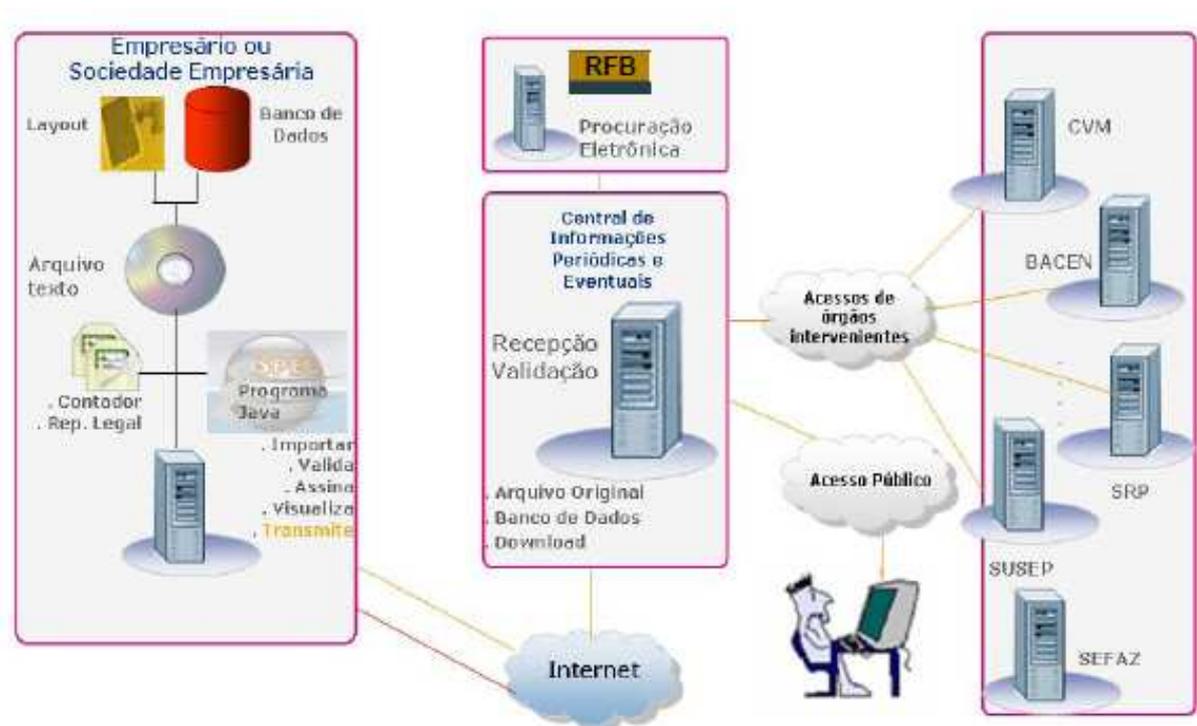


Figura 10: Central de Balanços.

Fonte: Receita Federal, 2011.

2.4 Profissional Contábil

O mercado de trabalho tem exigido qualificação dos profissionais. Mas só isso não basta, precisa que tenha experiência em sua área de atuação. Com as mudanças que houveram devido a criação do SPED, a Contabilidade Digital, deve-

se buscar conhecimentos nesse assunto, a fim de se tornar competitivo. Pois atualmente encontrar mão de obra qualificada não é uma tarefa fácil.

Segundo Ritto e Brasil (1998, p.10) “Acompanhar as mudanças, caminhando para a sustentabilidade sob modelagens plurais requer capacitação das pessoas para enfrentar esses desafios, assumir postos de trabalho e desenvolver novas atividades”.

A contabilidade Digital trouxe diversas alterações à rotina de trabalho, onde o profissional precisa se inteirar dos assuntos relacionados a legislação vigente, para efetuar os serviços da maneira certa.

Hilário Franco (1991, p. 273) fala da profissão contábil,

Que uma de suas marcas distintivas é a sua responsabilidade para com o público. É salutar lembrar que os contadores são mais notados por serem honestos do que por serem confiáveis. Como contadores, precisam reconhecer que o comportamento ético é envolvido não apenas pelo que se vê como ético, mas pelo que é visto por terceiros que observa.

Os profissionais contábeis devem conhecer o Código de Ética do Contador. Com as mudanças no Código Civil ele passar a responder solidariamente pelas ações tomadas pela empresa, conforme definido no art. 1177 e 1178. Assim deve agir corretamente a fim de evitar transtornos futuros a sua carreira.

A profissão de contador é referenciada como uma das mais importantes e de expressão no âmbito da administração da vida pública e privada. Nos tempos da colônia, o Brasil esteve regido pelas Ordenações Manuelinas e Filipinas. Com isso, todos os atos ou negócios empreendidos em território nacional deviam obrigatoriamente estar sendo orientados por intermédio único e exclusivo de um contador. Ademais, a responsabilidade do contador em todas as contas de origem pessoal como a advinda de ritos processuais era evidenciada em todos os textos legais. (MAIDA, 2007, p. 25).

Para Tomaz (2007), é uma das profissões necessárias em todas outras áreas de conhecimento intelectual, pois tem papel importante nas organizações, fundamental na modernização e internacionalização da economia, porque não se restringe a apenas cuidar de contas.

Profissionais estagnados que resistem as transformações estão fadados ao fracasso e esquecimento. O mercado precisa de pessoas ativas abertas a mudanças.

RITTO e BRASIL (1998, apud DUARTE, 2008, p. 11) afirmam que

A revolução é no conhecimento, há necessidade de aprendizado continuado, permanente. As novas tecnologias não estão tornando obsoletos os professores e as escolas, mas estão redefinindo os seus papéis. As mudanças na maneira de aprender são cada vez mais

orientadas pela economia e pela política [...] e todos tem que estudar, pois o ritmo das mudanças esta transformando todos em aprendizes. Na era industrial, a ênfase foi na separação e especialização dos trabalhadores, com os decorrentes problemas de coordenação lateral entre as unidades. Na era da informação, as tecnologias interligadas e integradoras reúnem grupos que de outra forma estariam separados, fazendo com que sua utilização, para obter vantagem competitiva, ocorra em um escala nunca antes tratada.

Os autores incentivam o estudo contínuo que é algo necessário atualmente, se o profissional pretende manter-se ativo.

O Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e Região Carbonífera (Sindicont) têm participado ativamente no projeto de educação continuada, que é parceria entre os sindicatos da categoria no estado, junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), Sindicato Das Empresas De Serviços, Assessoramento, Perícias, Informações E Pesquisas No Estado De Santa Catarina (SESCON) e Federação dos Contabilistas de Santa Catarina (FECONTEC).

Mensalmente são realizados cursos sobre diversos setores da área contábil, e com temas atuais, disponibilizados para quem é sócio do Sindicont (tem desconto na inscrição) e para não associados, que podem se informar sobre os cursos por meio de cadastro do *e-mail* junto ao pessoal que faz a divulgação.

Com tanta tecnologia disponível atualmente, conhecer um pouco delas é o mínimo que o contador deve saber. Já que para atender as exigências do Fisco, são elaborados diversos programas cujos arquivos são gerados e informados por meio eletrônico, sendo que com o SEPD, reduziu-se a quantidade de tempo despendido para o lançamento das notas fiscais, o contador começa a ser visto e procurado não apenas como um portador de informações da empresa, mas como um gestor, um auxiliar na gestão da empresa de seus clientes ou onde presta seus serviços.

Para Franco (1999, p. 104),

o contador que precisamos no futuro, além de ter habilidades e conhecimento contábil, tem de ser empreendedor, analista financeiro, competidor global, analista de mercado, vendedor habilitado, bom comunicador, negociador capaz e especialista em relações públicas, bem como um administrador-geral. Essa é uma das faces de nossa preciosa moeda, enquanto a outra face é a que ele deve focalizar-se em conhecimento técnico, com considerável atenção à comunicação, relações interpessoais e habilidades de comportamento.

Cleto (2006, p.11) diz que,

os novos profissionais da era digital deverão pensar em mudança de foco. Evoluir de um mero fazedor de guias e lançador de papéis e fichas, para um

consultor na gestão dos negócios de seus clientes. Seu conhecimento, sua experiência e sabedoria são dons a serem aplicados para gerar lucro para as empresas, racionalidade para as organizações e riquezas para nosso país.

A profissão contábil não para de se desenvolver, está em constante crescimento, onde sempre surgem novas mudanças, assim o mérito do contador também cresce. Assim os novos profissionais devem possuir conhecimentos adequados dos sistemas de informação, utilizando-se de tecnologia de ponta, principalmente através dos serviços disponibilizados através da *internet*. A fim de se acostumarem com a era digital.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico procura-se descrever o perfil do profissional contábil em meio às tecnologias e atualizações que acontecem a todo instante, principalmente referente ao tema deste trabalho, baseado em pesquisas realizadas, relacionadas abaixo:

Autor	Ano da Defesa	Título
Elaine Frassão	2007	O Sistema Público de Escrituração Digital – com enfoque na Nota Fiscal Eletrônica
Claiton de Souza Cardoso	2009	O Sistema Público de Escrituração Digital – com enfoque na Nota Fiscal Eletrônica e seu reflexo operacional no cotidiano das organizações
Mariana Justi Mondardo	2010	A formação do bacharel do curso de Ciências Contábeis da UNESC: uma análise comparativa entre as exigências do mercado de trabalho, as expectativas dos acadêmicos e as características desejadas pelo curso

Quadro 6: Pesquisas.

Fonte: Autor.

Com base nessas pesquisas, busca-se sintetizar os resultados obtidos para definir o perfil do profissional contábil.

3.1 Primeira Pesquisa

Em sua pesquisa bibliográfica, sobre “O Sistema Público de Escrituração Digital – com enfoque na Nota Fiscal Eletrônica”, Elaine Frassão traçou como seu

objetivo de estudo identificar os benefícios da implantação da nota fiscal eletrônica para as empresas usuária e as esferas governamentais, demonstrar as dificuldades, bem como evidenciar as perspectivas do profissional contábil diante dessa implantação.

A autora afirma que o contador requer conhecimento de suas bases teóricas, porém também exige, para seu melhor aproveitamento, o desenvolvimento de suas habilidades prática, sendo que a experiência se torna um ingrediente fundamental.

Foi desenvolvido um quadro que estabelece alguns requisitos básicos e necessários à profissão:

Atitudes Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> -Atitude positiva em relação à vida e à profissão -Participação no processo de ensino-aprendizado - Elevada autoconfiança e auto-estima positiva -Melhoria continua nos campos pessoal e profissional - Visão estratégica de sua vida - Aprendizado contínuo - Ativo empreendedor - Ético no campo pessoal e profissional - Aberto a mudanças
Atitudes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços a comunidade - Cumpridor de compromisso e responsabilidade - Orgulhoso de sua profissão e seu país - Promotor de bem-estar social
Habilidades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> - Para organizar e planejar seu trabalho - Para tomar decisões - Para aplicar criatividade à teoria contábil - Para organizar sistema de informação - Para exercer e delegar autoridade - Para administrar sistema de informação
Habilidades interpessoais	<ul style="list-style-type: none"> - Para liderar uma equipe - Para negociar - Para ser capaz de trabalhar em equipe - Para adaptar-se ao ambiente organizacional e novas tecnologias (flexibilidade) - Para promover mudanças e desenvolvimento social
Habilidades intelectuais	<ul style="list-style-type: none"> - Para analisar e sintetizar informações - Para calcular e interpretar números - Para aprender como aprender - Para resolver problemas baseados em informações obtidas

	<ul style="list-style-type: none"> - Para falar e escrever o próprio idioma - Para compreender o inglês escrito
Conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Contabilidade: geral, de custos, tributárias, leis comerciais e auditoria - disciplinas relacionadas: administração, departamento pessoal, comportamento humano, industrialização, matemática, estatística, sistema de informação administrativa e econômica.

Figura 11: Perfil geral do bacharel de Ciências Contábeis.

Autor: FRASSÃO, 2007.

Todos os profissionais da contabilidade devem procurar aperfeiçoamento através de cursos de especialização, idiomas, informática e outros que atendem as tendências e perspectivas da profissão no mercado globalizado, buscando novos saberes para desempenhar com competência, habilidades e atitudes.

Atualmente é importante possuir conhecimentos principalmente quanto a informática, por isso a autora desenvolveu o seguinte quadro abaixo:

ATRIBUTO	REFLEXO NA CONTABILIDADE
Aumento da produtividade	Reduz no processamento das informações diminuindo o tempo gasto na elaboração dos demonstrativos contábeis e financeiros.
Melhoria da qualidade dos serviços	A impressão eletrônica apresenta como resultado um trabalho de melhor aspecto, quando comparado com a forma manuscrita e mecanizada.
Mais estímulo para os profissionais da área	O trabalho torna-se menos cansativo em função disso, mais estimulante, resultando satisfação com quem trabalha com o computador.
Facilidade para leitura prévia dos relatórios	Os relatórios gerados pelos sistemas podem ser lidos previamente na tela, localizando um lançamento, e quando impressos, tornam-se de fácil manuseio e leitura.
Atendimentos as exigências dos órgãos quanto ao cumprimento dos prazos	O cumprimento de algumas exigências de ordem tributária, trabalhista e previdenciária só se tornou possível para algumas empresas a partir do uso do computador.
Facilidade de acesso as informações da empresa	O acesso as informações é feito de maneira rápida por meio do sistema, localizando um lançamento.

Maior segurança das informações	Os recursos de proteção dos arquivos de dados, por meio de cópias de segurança ou <i>backup</i> , permitem a redução da perda total das informações processadas.
Menos espaço físico no ambiente de trabalho	Os equipamentos físicos ocupam pouco espaço.

Figura 12: Importância da Informática para a Contabilidade.

Autor: FRASSÃO, 2007.

A conclusão chegada é que a contabilidade tem evoluído com o passar dos tempos junto com a sociedade. Os avanços trazidos pela informática foram de muita importância para o profissional contábil. Assim como os sistemas contábeis também trouxeram vantagens e benefícios à profissão, pois favorecem que os serviços sejam feitos de forma agilizada, podendo então disponibilizar de tempo maior para atualizar seus conhecimentos para maior auxílio na tomada de decisões nas empresas para as quais presta seus serviços.

A profissão contábil desempenha papel fundamental na economia, pois toda empresa deve ter um contador para fornecer as informações necessárias ao processo de tomada de decisão de qualquer organização. Por isso deve estar sempre preparado e capacitado para enfrentar futuras mudanças em sua profissão.

3.2 Segunda Pesquisa

Foi analisada a pesquisa feita por Claiton de Souza Cardoso, sobre “O Sistema Público de Escrituração Digital – com enfoque na Nota Fiscal Eletrônica e seu reflexo operacional no cotidiano das organizações”, cujos objetivos na realização de seu trabalho foram descrever os sistemas informatizados estabelecidos pelo governo, investigar os reflexos da nova sistemática nas empresas obrigadas ao SPED e entrevistar como essas empresas estão lidando com as mudanças.

Conforme as entrevistas realizadas, demonstrou-se que as empresas conseguiram se adaptar a tempo da obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica. Além da NF-e existe preocupação com a EFD e ECD, apesar de uma das empresas ser optante do simples nacional, que ainda não possui data para envio

obrigatório dessas informações, as outras empresas já estão procurando se adaptar para gerar esses arquivos digitais.

Para maioria dos entrevistados não houve redução de custos com a NF-e, pois sua adaptação exigiu o desembolso para atendimento dessas obrigações, pois foi necessária a informatização de seus sistemas com cadastro de todos os produtos oferecidos, sua manutenção mensal e treinamento de pessoal.

Em relação aos empregados houve muita dificuldade por não conhecerem profundamente a legislação contábil e fiscal, pois estão aprendendo enquanto trabalham. Há poucas atividades no sentido de preparar o indivíduo para essas adequações, gerando problemas de ordem funcional e que demoram a ser resolvidas, causando custos e prejuízos financeiros.

Para uma dessas empresas, sua opinião foi positiva ao afirmar que foi ótimo existir esta evolução assim as empresas poderão competir em igualdade de condições. Outra resposta obtida é que o SPED, foi uma forma de atingir o máximo da legalidade, que em curto prazo essas ações assustam, pois os custos aumentam, mas ao longo prazo a receita de impostos irá aumentar, provocando talvez, um corte no valor desses impostos.

Cabe aos empresários se adequarem o mais rápido possível, rever situações e continuar o trabalho. A cada dia que passa a tecnologia vem ao encontro da necessidade do governo em controlar as empresas, assim expondo-as cada vez mais.

Os resultados da pesquisa demonstram que os reflexos do SPED podem variar de uma empresa para outra, pois dependem do seu porte, atividade econômica, recursos humanos, conhecimentos e etc. Contadores e empresários estão evoluindo gradativamente com esse novo método de trabalho, onde as empresas necessitarão informatizar-se e dar suporte aos funcionários para conseguir atender as exigências do fisco.

As empresas que já possuem pessoas capacitadas e informatizadas terão menor dificuldade para adequar-se a nova sistemática, pois o SPED trouxe novas mudanças a sua rotina e as empresas terão que acostumar-se.

Conclui-se que o contador deverá participar de forma mais efetiva das atividades da empresas, dando auxílio ao empresário em sua gestão, com informações proporcionadas pela contabilidade, orientando no funcionamento e execução de determinadas tarefas.

3.3 Terceira Pesquisa

A pesquisa realizada por Mariana Justi Mondardo, com título “A formação do bacharel do curso de Ciências Contábeis da UNESC: uma análise comparativa entre as exigências do mercado de trabalho, as expectativas dos acadêmicos e as características desejadas pelo curso”, teve como objetivo verificar se a matriz curricular do curso está de acordo com as exigências do MEC, investigar no mercado de trabalho as características esperadas para o profissional da área e efetuar a comparação entre os aspectos do mercado e as expectativas dos acadêmicos.

Os dados apresentados por meio da pesquisa feita com os profissionais contábeis verificou-se que 57% deles acreditam que a principal competência que o profissional deve ter é conhecimentos práticos fundamentados tecnicamente, em seguida 28% opinaram que seria a ética, outros 7% que é o conhecimento teórico, 5% acredita que é a capacidade de liderança e 3% que é a criatividade. Assim percebe-se que é preciso ter experiência aliada a ética para ser contratado. Abaixo está demonstrado o gráfico com os dados:

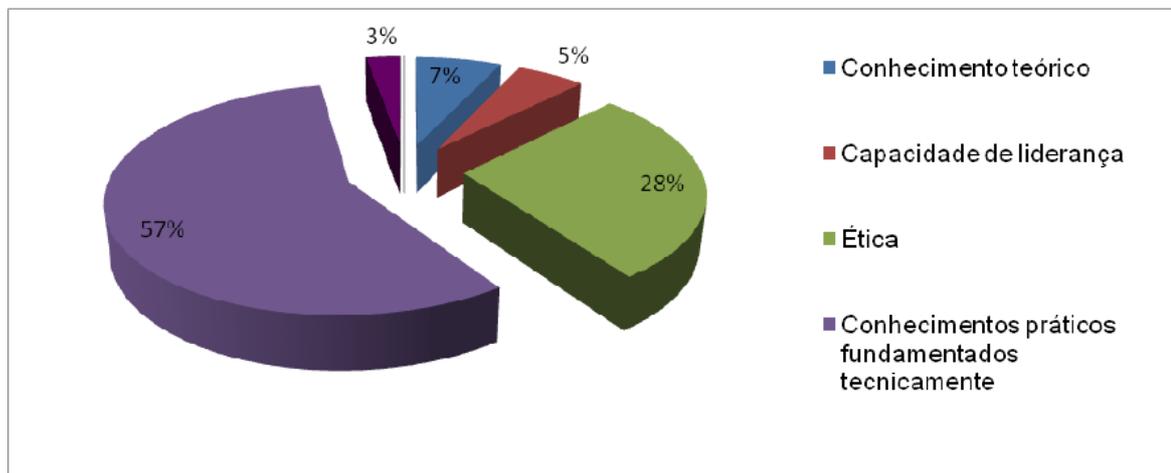


Figura 13: Competências de maior importância para contratar um profissional contábil na visão dos profissionais

Autor: MONDARDO, 2010.

Em relação a competência para gerenciar, destaca-se por ter maior relevância entre os entrevistados com 26% a habilidade de planejamento, 19% habilidade de correr risco calculado, 17% espírito para inovar, 14% em saber negociar, 13% liderar, 7% análise de mercado e 4% delegar. (Mondardo, 2007).

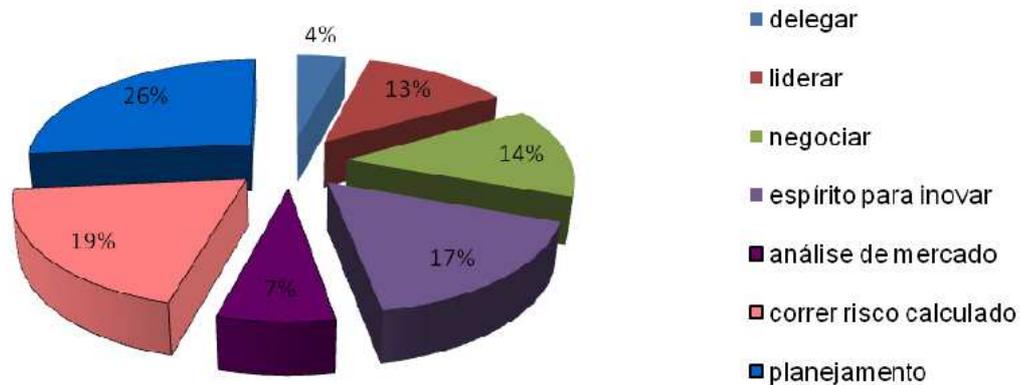


Figura 14: Habilidades em relação a capacitação para gerenciar na opinião dos profissionais

Autor: MONDARDO, 2010.

Quanto a capacitação estratégica na área contábil, 50% respondeu que seria a habilidade de estipular ações a longo prazo, 23% consideram que seja a habilidade de identificar tendências, 17% controlar e avaliar operações, 7% procurar novos mercados, e apenas 3% realizar alianças e parcerias.

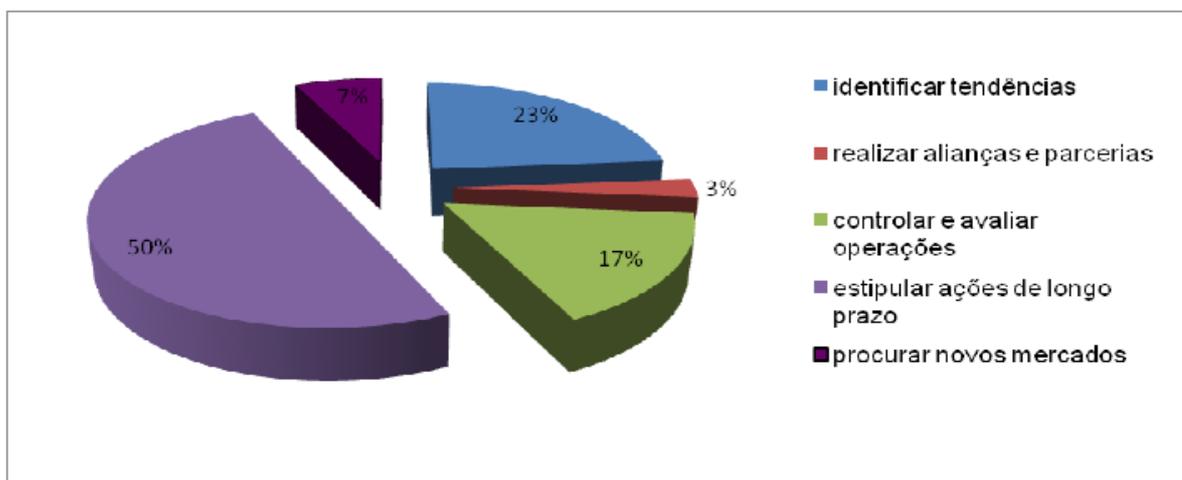


Figura 15: Habilidades em relação a capacitação estratégica na opinião dos profissionais

Fonte: MONDARDO, 2010.

Pode-se concluir que com o aumento da concorrência as organizações perceberam a necessidade de implantar instrumentos de gestão que as auxiliem na administração de suas atividades e no desenvolvimento de estratégias para atuar no mercado.

No entanto os profissionais da área contábil atualmente têm participado ativamente da gestão dessas empresas, existe então a necessidade de uma formação adequada aos contadores, visando sua importância no processo decisório das organizações.

3.4 Análise dos Dados

Percebe-se por meio das pesquisas realizadas o quanto o profissional contábil é importante na gestão das empresas, pois conhece internamente todos os processos da administração das organizações, por isso deve preocupar-se em não apenas apresentar os dados obtidos em suas escriturações, mas saber interpretá-los, e utilizar dessas informações geradas para dar suporte para a tomada de decisão.

Para isso o contador deve ser também um empreendedor, capaz de auxiliar os seus tomadores de serviços na gestão de suas empresas.

As pesquisas servem de base para constatar qual o perfil do profissional o mercado tem exigido. Dimensionando suas características principais, como:

- Fazer seu planejamento pessoal e profissional;
- Ter conhecimento teórico aprofundado na área que atuar;
- Obter prática, que é fator essencial para conseguir se manter no mercado;
- Saber controlar e avaliar suas atividades;
- Agir com ética;
- Estar pronto para mudanças, e se adequar conforme as alterações necessárias;
- Ser empreendedor, isso inclui estar pronto a correr riscos e prevê-los;
- Facilidade em utilizar a informática e as tecnologias que as envolvem;

- Educação continuada, ou seja, estar sempre se atualizando, através de cursos, leitura de informativos legislativos, etc.;
- Facilidade em se adaptar as mudanças;
- Empenho em gerar informações para tomada de decisão.

Essas foram às habilidades encontradas que demonstram a importância do contador e de outros profissionais da área contábil, estar atualizados, atentos ao seu trabalho e a legislação pertinente ao seu setor, para agir correta e legalmente, na prestação de seus serviços.

Com a criação da Contabilidade Digital, pode-se citar que entre as características encontradas nas pesquisas, destaca-se a de estar aberto a mudanças, pois com as alterações na legislação, e para se adequarem ao SPED, as organizações tiveram que atualizar seus sistemas e seus métodos de trabalho, necessitando também de adaptação aos programas utilizados.

Outra característica é a facilidade em utilizar a informática, pois quem já tem conhecimento e prática não encontra tanta dificuldade, mesmo com tantas mudanças ocorridas, sendo que uso de computadores se tornou um instrumento importante ao desenvolvimento da rotina profissional.

A facilidade em adaptarem-se as mudanças é importante para o profissional contábil, pois os que relutam contra isso, tendem a se estagnarem no mercado, sujeitos ao esquecimento. Por isso devem se empenhar para se manterem ativos e atuais.

As empresas precisam de um profissional contábil que as auxiliem na gestão, na administração dos negócios. Sendo essa característica necessária para assessorar melhor os clientes pra quem presta seus serviços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade Digital trouxe alterações e mudanças no método de como as rotinas contábeis são feitas. Sua evolução é notória ao analisar que nos primórdios da civilização as escriturações contábeis eram manuscritas em papiro, depois de muitos anos surgiu a mecanografia, com as máquinas de escrever, e após os computadores, e com eles os sistemas de informática, que se aperfeiçoam a cada dia, facilitando os serviços a serem executados, sendo desenvolvidos de acordo com a legislação.

Nota-se que evoluiu não apenas a forma de escrituração, mas também o pensamento contábil, procurando definir o objeto da contabilidade, e buscando demonstrar as mutações do patrimônio, de maneira mais próxima da realidade possível.

O exercício da profissão contábil também teve evoluções, com criação dos Conselhos Federais e Regionais, e o Código de Ética do Profissional Contábil. Atualmente vê-se tamanha importância do contador em meio à sociedade empresarial, não apenas como um transmissor de dados, mas como um gestor.

Desde que surgiu, o projeto SPED foi mais visto como obrigação do que benefício pelas companhias. No entanto, percebe-se uma maior facilidade no cumprimento das rotinas das áreas contábeis, comerciais e até financeiras. Isso pode ser demonstrado por meio das empresas piloto escolhidas para enviarem obrigatoriamente suas informações mensais em arquivos digitais. E a pesquisa realizada mostra que algumas empresas ainda encontram barreiras em adaptarem-se as obrigações fiscais.

As mudanças que ocorreram, vieram substituir outras obrigações acessórias já existentes, como forma de simplificar principalmente os informativos que devem ser apresentados periodicamente ao Fisco das operações fiscais das organizações.

Apesar de alguns projetos do SPED ainda estarem em fase de testes e desenvolvimento, irão contribuir futuramente com o trabalho do profissional contábil, diminuindo o tempo que necessitava desprender para o lançamento das notas fiscais, principalmente, podendo então dedicar-se melhor na área de gestão, não

apenas fornecendo os dados obtidos com seus lançamentos, mas com as informações necessárias para a tomada de decisão.

O estudo deste trabalho auxiliou na compreensão do tema, e como está seu funcionamento atualmente. Onde foi apresentado sobre o surgimento da contabilidade e sua evolução até a criação da contabilidade digital que foi um grande avanço para a área contábil. Sobre o projeto SPED e seus subprojetos ainda em desenvolvimento. E o perfil do profissional contábil em meio à nova era digital e sua importância em todos os seguimentos nos mais diversos ramos de negócios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Álvaro Pereira de. **Estudando teoria da contabilidade: origem e evolução histórica da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento. **Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos:** projeto de pesquisa, monografia e artigo. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 66 p.

RIBEIRO FILHO, José Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 290 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade:para o nível de graduação.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 288 p.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil: com ênfase na historia da contabilidade brasileira.** 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009. 239 p.

NEPOMUCENO, Valério. **Os números negativos e a contabilidade.** Disponível em: <[HTTP://materiaiscontabilidade.vilabol.uol.com.br/0002.html](http://materiaiscontabilidade.vilabol.uol.com.br/0002.html)>. Acesso em: 25 Out. 2010.

OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa. **Estudando teoria da contabilidade: Conceito e objetivos da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.

RUMMEL, J. Francis; D. Valle. **Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação.** Porto Alegre: Editora Globo, 1972. 353 p.

SÁ, A. Lopes de. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2002. 400 p.

_____. **Teoria da contabilidade.** 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **A evolução da Contabilidade.** São Paulo: Thomson, 2006. 430p.

LOPES, André Charone Tavares. **SPED – A Contabilidade Digital**. Portal Classe Contábil. Out. 2008. Disponível em:
<<http://www.classecontabil.om.br/v3/artigos/ver/1712>>. Acesso em: 01 Set. 2010.

SIQUEIRA, Antonio Carlos Pedroso. **SPED – Como isso afetará as empresas?** Portal Classe Contábil. Dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.classecontabil.om.br/v3/artigos/ver/1351>>. Acesso em: 30 Ago. 2010.

Brasil. CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 1.299/2010**. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1063.doc> Acesso em: 27 Out. 2010.

_____. **Resolução 1.061/2005**. Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1061.doc>. Acesso em: 27 Out. 2010.

_____. **Resolução 1.078/2006**. Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1078.doc>. Acesso em: 27 Out. 2010.

_____. **Glosário do Tesouro Nacional**. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_a.asp>. Acesso em 16 de Abril de 2011.

_____. **ICP Brasil**. Disponível em :
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/ICPBrasil/raiz.htm>>. Acesso em: 16 de Abril de 2011.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003. 177 p.

Pará. **Eventos Confaz**. Disponível em:
<<http://www.sefa.pa.gov.br/site/institucional/eventos/confaz/index.htm>>. Acesso em 16 de abril de 2011.

Símbolos numéricos utilizados pelos egípcios. Disponível em:
<<http://analgesi.co.cc/html/t18006.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

Evolução dos algarismos Disponível em: <<http://zemtm.blogspot.com/2008/09/os-algarismos-indo-arbicos.html>>. Acesso em: 16 de abril de 2011.

Luca Pacioli. Disponível em: <<http://adilsonmateus.blogspot.com/2010/05/luca-pacioli.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2011.

Mapa Região da Suméria. Disponível em:

<<http://www.proel.org/index.php?pagina=alfabetos/sumerio>>. Acesso em: 05 de Maio de 2011.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000. 231 p.

BRASIL. **Sobre o SERPRO.** Disponível em:

<<http://www.serpro.gov.br/instituicao/quem>>. Acesso em: 09 de maio de 2011.

_____. **Histórico do Governo Eletrônico.** Disponível em:

<<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/historico>>. Acesso em: 09 de maio de 2011.

_____. **Certificado Digital.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Novidades/Informa/DestaqueCertificadoDigital.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

_____. **Estrutura Autoridades Certificadoras.** Disponível em:

<<http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/Estruturalcp>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

_____. **Perguntas Frequentes sobre NF-e.** Disponível em:

<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=47F1o72z99s=>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

_____. **Programa de Aceleração do Crescimento.** Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/gestao-do-pac>>. Acesso em: 30 de maio de 2011.

Encyclopedia Britannica. **Leonardo Pisano.** Disponível em:

<<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/336467/Leonardo-Pisano>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

UFCG. **Biografia Brahmagu.** Disponível em:

<<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Brahmagu.html>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

ZANINI, Marco. **SPED, levando as empresas ao caminho da sustentabilidade.**

Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/sped-levando-as-empresas-ao-caminho-da-sustentabilidade/47192/>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

ROBERTO, Paulo. **Nota Fiscal Eletrônica e SPED.** Disponível em:

<www.cfc.org.br/livre/xbrl/paulo-roberto.ppt>. Acesso em: 03 Jun. 2011.

FALCHI, Priscila Soares. **EFD – FOLHA (e-fopag): SPED Folha de Pagamento**. Disponível em: <<http://www.sispro.com.br/index.php/20100923915/noticias-rh/efd-folha-e-fopag.html>>. Acesso em: 03 Jun. 2011.

Santa Catarina. **Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e**. Disponível em: <<http://www.cte.sef.sc.gov.br/>>. Acesso em: 11 de maio de 2011.

_____. **Nota Fiscal Eletrônica- NF-e**. Disponível em: <<http://nfe.sef.sc.gov.br/>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

Brasil. **Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfse/o-que-e.htm>>. Acesso em: 30 de maio de 2011.

_____. **SPED contábil**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

_____. **Central de Balanços**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/central-de-balancos.htm>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

RITTO, A. C. A.; BRASIL, L. S. **Os desafios das organizações na era do conhecimento**. In: Seminário, 1998. Rio de Janeiro. Seminário “Business in the Knowledge Era” Crie/COPPE – UFRJ, 1998.

TOMAZ, Elena de Brito. **O profissional contábil, mediante a sociedade**. Portal Classe Contábil, 2007. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=1173>. Acesso em: 07 Jun. 2011

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na Era da Globalização**: temas discutidos no XV Congresso mundial de contabilidade em Paris, de 26 a 29 -10 -1997. São Paulo: Atlas, 1999. 400 p.

CLETO, Nivaldo. Chegou a nota fiscal eletrônica. **Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina**, Florianópolis, ano XV, n. 56, p. 11, jul/ago. 2006.

MONDARDO, Mariana Justi. **A formação do bacharel do curso de ciências contábeis da Unesc** : uma análise comparativa entre as exigências do mercado de trabalho, as expectativas dos acadêmicos e as características desejadas pelo curso. 2010. 92 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010 Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00004C/00004C9D.pdf>>. Acesso em: 07 Jun. 2011.

CARDOSO, Claiton de Souza. **O Sistema Público de Escrituração Digital** - com enfoque na nota fiscal eletrônica e seu reflexo operacional no cotidiano das organizações. 2009. 55 p. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma –SC.

FRASSÃO, Elaine. **O Sistema Público de Escrituração Digital** – com enfoque na nota fiscal eletrônica. 2007. 68 p. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma –SC.

PAULINO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a Historia de Vida.** Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 12 Jun. 2011.